

CADERNOS DA CONCERTAÇÃO | VOLUME 7

SEGURANÇA

UM OLHAR MULTIDIMENSIONAL PARA A AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA



ORGANIZADO POR:



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

UMA CONCERTAÇÃO PELA
AMAZÔNIA

S4566

Segurança: um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea / organizado por Uma Concertação pela Amazônia. – São Paulo: Arapyaú, 2025.
61 p.; il. – (Cadernos da Concertação, 7)

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-983363-2-5

1. Segurança. 2. Amazônia. 3. Crime Ambiental. 4. Impactos. 5. Violência. 6. Narcotráfico. 7. Conflitos. Socioambientais. 8. Povos da Floresta. 9. Defensor Ambiental. 10. Proteção Ambiental. I. Título. II. Uma Concertação pela Amazônia.

CDU 504.1(811.3)

Bibliotecária: Tatiane de Oliveira Dias – CRB1/2230

Como citar:

UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA (Org.). Segurança: um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea. São Paulo: Arapyaú, 2025. (Cadernos da Concertação, 7).

Segurança: um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea**Coordenação geral**

Fernanda Rennó
Georgia Jordão
Livia Pagotto

Coordenação de conteúdo

Georgia Jordão
Livia Pagotto

Produção Executiva

Georgia Jordão
Joana Braga

Autoria

Instituto Igarapé

Leitura Crítica

Aiala Couto - Instituto Mãe
Crioula

Curadoria artística

Fernanda Rennó

Obra artística

Hadna Abreu

Apoio editorial

Clayton Peron
Georgia Jordão

Diagramação

Bruna Foltran

Ficha catalográfica

Tatiane Dias

UMA CONCERTAÇÃO PELA

AMAZÔNIA**Secretaria executiva**

Livia Pagotto

Núcleo de Governança

Andrea Azevedo
Ane Alencar
Angela Pinhati
Atila Denys
Beto Veríssimo
Bia Saldanha
Carolina Genin
Denis Minev
Eduardo Neves
Fernanda Rennó
Guilherme Leal
Ilona Szabó
Izabella Teixeira
Joanna Martins
Marcela Bonfim
Marcello Brito
Marcelo Furtado

Marcelo Thomé
Maria Netto
Mônica Sodré
Rachel Biderman
Renata Piazzon
Roberto Waack
Rosana Vazoller
Ruy Tone
Samela Sateré Mawé
Teresa Bracher
Vanda Witoto

Grupos de Trabalho

GT Bioeconomia
GT Educação
GT Juventudes
GT Ordenamento Territorial
e Regularização Fundiária
GT Saúde
GT Segurança e Direitos
Humanos

Equipe**Comunicação**

Fernando Gazzaneo

Conhecimento

Georgia Jordão
Livia Pagotto

Cultura

Fernanda Rennó

Gestão

Paula Sleiman

Produção executiva

Joana Braga

Sumário

1. Segurança como questão multidimensional	5
2. Apurando ilicitudes: produção de dados, informação e conhecimento	8
3. Conflitos socioambientais e violência contra povos da Floresta e defensores ambientais.....	11
4. Ecossistema do crime ambiental	13
5. Narcotráfico e crime organizado	17
6. Das fragilidades ao fortalecimento: aprimoramentos das respostas estatais na promoção de segurança	18
Anexo I	23

1.

UMA QUESTÃO MULTIDIMENSIONAL

A questão da segurança na Amazônia deve ser entendida e tratada como multidimensional, ou seja, composta de diferentes, ainda que interdependentes, tipos de (in)segurança: nacional, pública, humana, alimentar, jurídica e ambiental/climática. Tal mirada multidimensional é condizente com uma abordagem para compreender a Amazônia contemporânea que leva em conta a complexidade e interdependência de agendas e fenômenos. A multidimensionalidade é também chave para informar o aprimoramento das respostas estatais e societárias no enfrentamento de manifestações distintas do problema da (in)segurança na Amazônia, aliando imperativos de segurança, de proteção ambiental e de desenvolvimento humano na região.

O mapeamento da produção de dados, informações e conhecimento sobre segurança empreendido aqui buscou identificar, sobretudo, publicações desenvolvidas em português por instituições e autores brasileiros até junho de 2024¹. A curadoria revela um esforço crescente de compreensão do fenômeno feito por autores “posicionados” em diversos tipos de instituições, muito além das universidades, com destaque para as organizações da sociedade civil. Tomadas em seu conjunto, as publicações mapeadas refletem não apenas essa diversidade de dimensões da problemática da segurança na Amazônia, mas também a recorrente mirada das questões de segurança a partir do seu inverso – ou seja, a insegurança – discutindo causas, manifestações e consequências, bem como as múltiplas manifestações de violência a ela associadas. Ainda que fortemente centradas “no problema”, muitas das publicações também produzem análises (na maioria das vezes críticas) acerca das respostas estatais para lidar com as distintas manifestações de insegurança na Amazônia e oferecem recomendações práticas de aprimoramento da ação estatal, com recomendações de reformas e proposições de abordagens alternativas (SANTOS, 2013; STASSART et al, 2021; INSTITUTO IGARAPÉ, 2022).

Em seu conjunto, e apesar da diversidade de temas, tem-se neste mapeamento

1. Há, no entanto, algumas exceções, seja de publicações elaboradas no exterior, seja de publicações em língua inglesa, redigidas inclusive por brasileiros que buscaram dialogar com audiências internacionais.

um panorama de velhas e novas dinâmicas de (in)segurança na Amazônia, que apontam para **múltiplas formas de conflituosidade e violência sobrepostas e entrelaçadas** ao ordenamento e gestão territoriais, aqui compreendidos o uso da terra e o acesso a recursos naturais, aos impactos de grandes projetos de desenvolvimento e infraestrutura em populações locais, sobretudo povos originários e demais povos da floresta, à ilegalidade na exploração econômica de recursos da floresta e à expansão das redes de narcotráfico na região. Tradicionalmente, questões de (in)segurança e violência na Amazônia têm sido abordadas e analisadas nas políticas públicas por meio de três lentes: a) a violência ligada a conflitos no campo e crime ambiental, b) a violência urbana e c) a violência decorrente da atuação de facções de tráfico de drogas. Juntas, estas são responsáveis por um **“excesso de violência”** observado na região, se comparados ao resto do país. No entanto, fica claro na literatura que, ainda que a separação entre “urbano e rural”, ou “cidade e floresta”, tenha sua pertinência e relevância para a formulação de políticas públicas responsivas aos diferentes contextos nas muitas Amazonas, esta divisão apresenta limitações. Isso porque a segurança multidimensional na Amazônia é um fenômeno em mutação, dado o entrelaçamento cada vez maior de atores e dinâmicas de conflito e violência entre espaços urbanos e rurais/em áreas de floresta, seja pelas ramificações do crime ambiental organizado nas cidades, seja pelas novas formas de insegurança pública oriundas da expansão de facções e do narcotráfico na Amazônia. De fato, há indicações de que, a partir de 2010, as regiões associadas à exploração ilegal de recursos naturais deixaram de ser excepcionalmente violentas dentro do contexto amazônico, dada a generalização da violência decorrente das dinâmicas do tráfico e a crescente presença de facções criminais (SOARES e PUCCI, 2021).

Ainda a respeito da evolução do fenômeno, fica claro na revisão de literatura a importância crescente, desde os anos 80, do tráfico de drogas na discussão sobre geopolítica, segurança nacional e fronteiras na Amazônia e, a partir dos anos 2000, nas discussões sobre segurança pública e violência na região. Hoje, o tema do narcotráfico é bastante saliente em muitas das dimensões de segurança analisadas aqui. Em paralelo, nas últimas décadas também cresceu em importância o tema da segurança ambiental e climática nos estudos sobre Amazônia, primeiro sob a ótica da geopolítica e das relações internacionais do Brasil (e suas implicações para a política externa e defesa nacional) e, mais recentemente, também na sua interface com a segurança pública.

Os *indicadores de violência* na Amazônia Legal estão acima da média nacional. Em 2023, a **taxa de mortes por 100 mil habitantes** foi de 31,99 nos estados da Amazônia Legal, enquanto nos demais estados do Brasil o índice foi de 22,7. Já a **taxa de mortes por forças de policiais civis e militares** em 2023 foi de 4,01 por 100 mil habitantes na Amazônia Legal e 3,13 por 100 mil no resto do país (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024). A **violência letal** em áreas rurais é 14,6% superior na Amazônia do que a média brasileira. Já na média geral, que inclui os municípios rurais e urbanos, a violência letal da região é 38% superior à do resto do país (Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2022). Em 2019, quatro dentre os dez—e 23 dentre os 100—**municípios mais violentos** do país pertenciam à região (Fonte: Soares et al. 2021). O estado do Pará (e municípios pequenos no sudoeste do estado, como Altamira, Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso) tem um papel crescente no total de homicídios (Fonte: Soares et al. 2021). Para os anos de 2019-2020, das 30 cidades brasileiras com **taxas de mortes violentas intencionais** superiores a 100 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes, dez delas estão localizadas na Amazônia. Indicando a progressiva **interiorização da violência**, praticamente todos os dez municípios estão localizados ou imediatamente ao lado ou próximos a Terras Indígenas e das fronteiras com os demais países da Pan-Amazônia (Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2022)².

A *circulação de armas* também cresceu mais na Amazônia do que no resto do país. Entre 2018 e 2021, enquanto o registro de armas por pessoas físicas no Brasil cresceu 130,4%, o crescimento na Amazônia Legal foi de 219%. Saltando de 57.737 armas registradas em 2018, para 184.181 em 2021. Desde 2018 houve também um aumento expressivo (de quase 300%) de armas registradas por Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) na região, sobretudo nos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia (INSTITUTO IGARAPÉ, 2022).

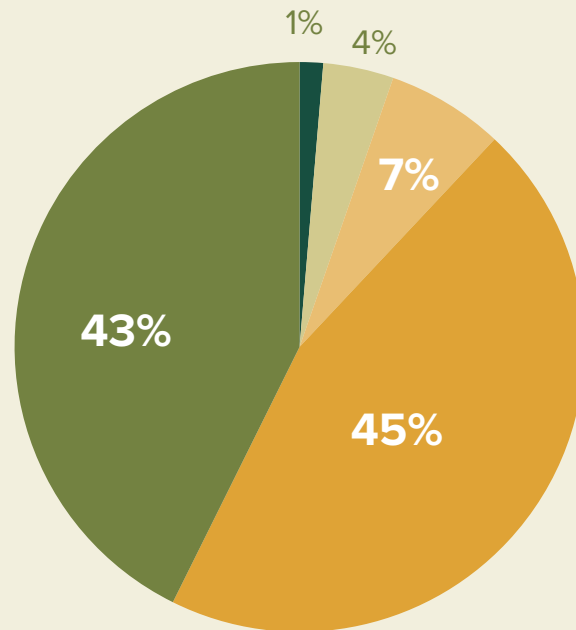
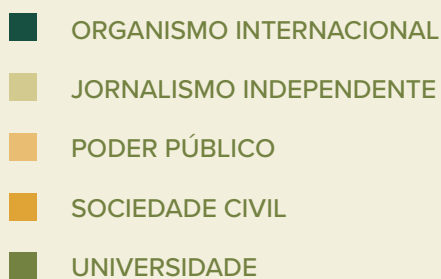
2. Nesse contexto, iniciativas como o projeto 'Cartografias da violência na Amazônia', conduzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com Instituto Clima e Sociedade (ICS) e Territórios Emergentes e Redes de Resistência na Amazônia (TERRA) da Universidade do Estado do Pará (UEPA) têm contribuído tanto para a coleta e tratamento de dados a respeito do tema da segurança multidimensional como para a elaboração de avaliações e proposição de recomendações para a sua maior efetividade. O relatório final do projeto, publicado em 2022, reúne e examina dados e informações sobre crimes ambientais, crime organizado e narcotráfico e a estrutura institucional da segurança na Amazônia. Cf. FBSP; ICS; TERRA, 2022, citado no Anexo I.

APURANDO ILICITUDES

O mapeamento realizado pelo Instituto Igarapé, até junho de 2023, mostra um **aumento no número de publicações** sobre Segurança na Amazônia Legal desde 2019, com crescimento vertiginoso em **2021** e **2022**. Em seu conjunto, as publicações mapeadas abordam distintas facetas e dimensões da questão de segurança (tais como conflitos socioambientais, crime ambiental, violência urbana, narcotráfico e questões de fronteiras e soberania), com grande **sobreposição** entre essas categorias. O mapeamento mostra ainda a **diversidade de atores** que produzem dados, informação e conhecimento (universidades, organizações da sociedade civil, órgãos do poder público, organismos internacionais e jornalistas). **Organizações da sociedade civil figuram como as principais produtoras de dados, informação e conhecimento sobre o tema**, situando-se muitas vezes na vanguarda ao abordar (junto com os jornalistas independentes) facetas menos exploradas (ou até mesmo mais recentes) do tema. Esse é o caso, por exemplo, da questão da expansão da presença de organizações criminosas vinculadas ao narcotráfico no crime ambiental, sobretudo no caso da mineração ilegal do ouro, que foi inicialmente documentada e divulgada por jornalistas independentes. O tema já é objeto de estudos e denúncias por parte de algumas organizações da sociedade civil, mas há, todavia, poucos estudos acadêmicos a seu respeito. Também no caso dos conflitos rurais e mortes de defensores a sociedade civil cumpre um papel fundamental não apenas na análise do problema, mas na documentação de casos e produção de estatísticas. Na ausência de estatísticas oficiais sobre esses fenômenos, compiladas por agências governamentais, os dados compilados por organizações da sociedade civil, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Missionário Indigenista (CIMI), são fonte primária para pesquisadores e gestores públicos. O vazio informacional e estatístico indica não apenas a rápida evolução do fenômeno da insegurança na Amazônia, mas também gargalos de eficiência e até mesmo a indiferença do poder público em relação a certas facetas, como a violência no campo e contra defensores ambientais.

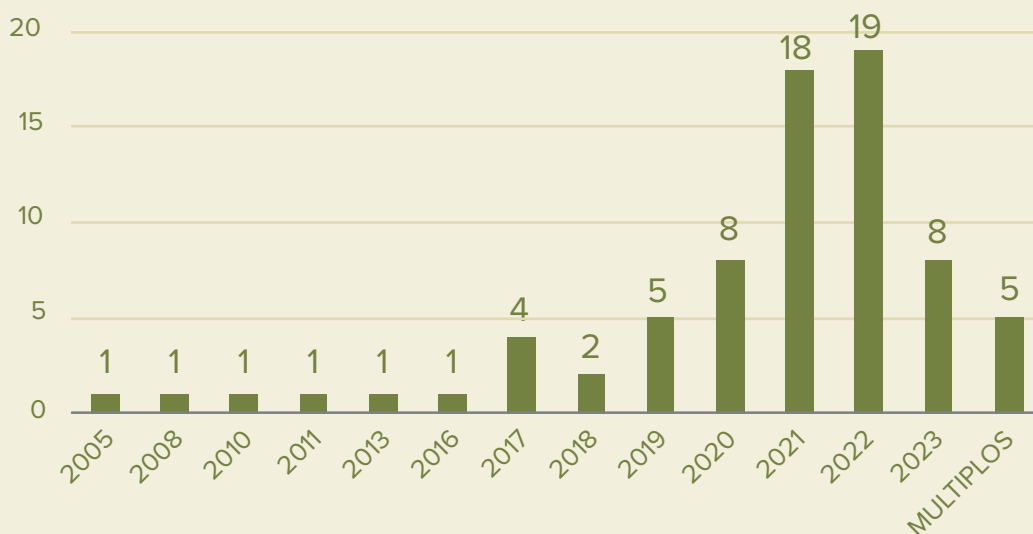
Quem produz dados, informação e conhecimento sobre a segurança na Amazônia?

Quem produziu:



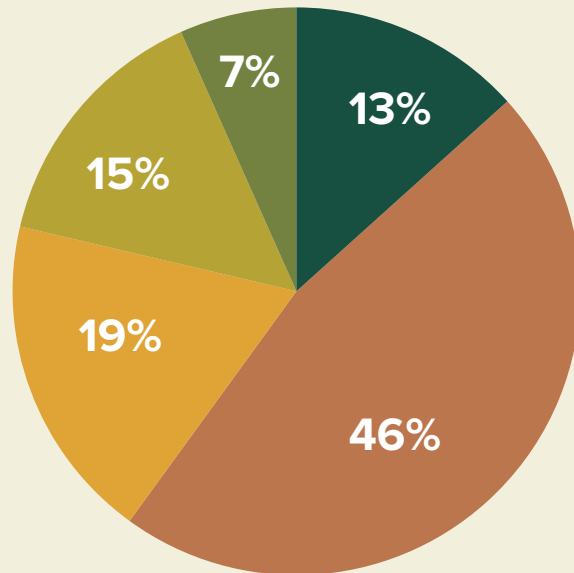
Elaboração própria. Fonte: Estudos compilados no Anexo I.

Em que ano:



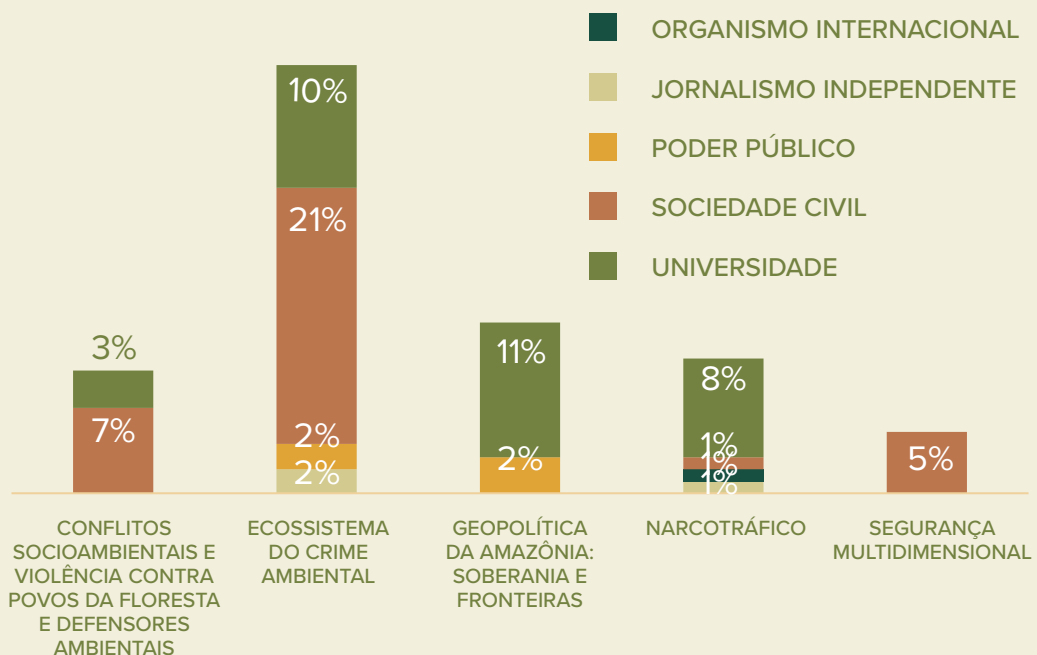
Elaboração própria. Fonte: Estudos compilados no Anexo I.

Sobre qual assunto:



Elaboração própria. Fonte: Estudos compilados no Anexo I.

Quem produziu sobre qual assunto



Elaboração própria. Fonte: Estudos compilados no Anexo I.

3.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E VIOLÊNCIA CONTRA POVOS DA FLORESTA E DEFENSORES AMBIENTAIS

A Amazônia brasileira também é *excessivamente violenta para povos da Floresta e defensores ambientais*. Nos últimos 40 anos, mais de 300 pessoas morreram em **conflitos pelo uso da terra e de recursos naturais** nos estados da região amazônica. A Amazônia Legal é responsável por 75% das **mortes por conflitos no campo** ocorridas em 2023 no país (– CPT, 2023; CPT, 2024). O Brasil é líder mundial em **mortes de defensores ambientais**, com 342 assassinatos registrados entre 2012 e 2021. A curva se mostrou ascendente com 24 assassinatos documentados em 2019 e 26 em 2021. Entre 2012 e 2022, 78% dos ataques no Brasil ocorreram na Amazônia, com destaque para o Pará (GLOBAL WITNESS, 2020; GLOBAL WITNESS, 2022).

Para além dos assassinatos, existem **distintas formas de violência destes atores econômicos ilegais contra povos da floresta e defensores ambientais** (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas): intimidações, ameaças, tentativas de assassinato, violência sexual, invasão, destruição de propriedade, bem como outras violências menos visíveis de cunho moral ou cultural. Em 2022, de um total de 125 mulheres que se consideravam defensoras ambientais nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Pará e Roraima, 100 – ou 80% do total - disseram já ter sofrido alguma forma de violência, sendo que 27 delas sofreram mais de um tipo de violência. O tipo mais comum foi o de violência moral (27%), seguido por violência física pessoal (19,7%) e ameaça pessoal sem uso de armas (14,2%), perpetradas principalmente por agressores desconhecidos (INSTITUTO IGARAPÉ, 2023b).

Nos anos 2000, houve um crescimento significativo da violência nas zonas madeiras na Amazônia, enquanto no período mais recente há aumento expressivo

da violência associada à áreas mineração ilegal de ouro (SOARES et al., 2021). A extração ilegal de madeira ainda é considerada um dos grandes gatilhos da violência, sobretudo contra povos indígenas amazônicos (GREENPEACE, 2017; HUMAN RIGHTS WATCH, 2019). Mas pouco a pouco, a violência ligada à mineração ilegal têm crescido em importância, sobretudo nas Terras Indígenas Yanomami e Munduruku (HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI e ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA, 2021; MOLINA e WANDERLEY, 2021; INSTITUTO IGARAPÉ, 2021).

Em 2022, 21 mil hectares de extração não permitida de madeira se encontravam em Terras Indígenas (TIs, o que equivaleu a 14,8% do total desse tipo de crime naquele ano. Entre 2016 e 2020, a área registrada irregularmente como propriedade particular dentro de TIs na Amazônia aumentou 55%, chegando a 3,57 milhões de hectares. Os focos de calor em áreas griladas com CAR dentro das TIs aumentaram 105% entre 2016 e 2020 (IPAM 2021). Em 2020, dez terras indígenas concentraram 70% de todo o desmatamento e 51% do fogo na Amazônia. No caso do desmatamento, as três terras indígenas mais afetadas foram a Apyterewa, a TI Trincheira Bacajá e a TI Cachoeira Seca, todas no estado do Pará. Já em relação ao fogo, as três terras indígenas com o maior número de focos de calor foram o Parque do Xingu, no Mato Grosso, e TI Kayapó e Apyterewa, ambas no Pará (IPAM, 2021).

A área degradada **pela mineração ilegal de ouro** na Terra Indígena Yanomami saltou de 1.200 hectares em 2018 para 3.272 hectares em 2021 (HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI e ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA, 2020 e 2021).

ECOSSISTEMA DO CRIME AMBIENTAL

Fica cada vez mais claro, sobretudo nos últimos cinco anos, o crescimento e transformação da ilegalidade do desmatamento e degradação na Amazônia (no marco de um conjunto de atividades econômicas feitas à margem da lei) a partir de uma lógica e *modus operandi* de **crime ambiental organizado**. O chamado ecossistema do crime ambiental na Amazônia contemporânea envolve um grupo cada vez mais diverso de atores, faz uso de métodos cada vez mais complexos de fraude e corrupção e acarreta crescentes manifestações de violência, sobretudo contra povos da Floresta, mas também contra servidores ambientais e forças de segurança.

Parte importante do *crime ambiental* que ocorre hoje na Amazônia é organizado. Diferente de outras formas de conflito com a lei ambiental, o crime ambiental organizado na Amazônia é, tal como outros mercados ilícitos, um empreendimento econômico operacionalizado mediante a ação coletiva e coordenada de indivíduos e redes. No caso da extração e exploração ilegal de recursos em áreas de Floresta Amazônica, para além dos ilícitos ambientais contra a fauna e flora, propriamente ditos, o crime organizado ambiental abarca também ilícitos não-ambientais, como fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, grilagem de terras bem como crimes violentos (WAISBICH ET AL., 2022; CIPÓ, 2022; STASSART et al., 2021).

Como se manifesta essa **ilegalidade**? Em 2022, 99% dos **alertas de desmatamento** (ou 95% da área desmatada) no Brasil vieram de áreas que não possuíam autorização para extração de madeira (Fonte: MapBiomas 2023). No período de 2020-2021, 38% da área ocupada com **exploração madeireira** na Amazônia Legal não tinha permissão para extração, totalizando 142 mil hectares. O estado do Mato Grosso concentrou a maior parte dessas irregularidades no período (REDE SIMEX, 2022).

Entre 2019 e 2020, das 174 toneladas (t) de ouro comercializadas, 49 t provêm de áreas de **garimpo** com evidências de irregularidades, sobretudo no Pará e Mato Grosso. Seis indivíduos e associações e três Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários - DTVMs) concentram a maior parte da produção e comercialização do ouro ilegal amazônico (UFMG e MPF 2021). O Brasil exportou, em 2020, 110,591t, das quais 17% são ilegais (INSTITUTO ESCOLHAS, 2021). Entre 2016 e 2021, as opera-

ções da Polícia Federal de combate ao crime ambiental na Amazônia tiveram ramificações em 24 dos 27 estados da federação (INSTITUTO IGARAPÉ 2022).

Ainda que nem todo crime ambiental seja violento, cada vez mais a violência está presente no crime ambiental organizado na Amazônia e se une a outras formas de violência, sobretudo no campo. Não é de hoje, portanto, que a ocupação e exploração ilegal da Floresta gera conflitos por terra e acesso à recursos naturais. No entanto, nos últimos anos (2016-2022), dados os **incentivos à ilegalidade** (SOARES et al. 2021; LEILA e PUCCL, 2021) e crescente **impunidade administrativa e penal** (RAJÃO et al., 2021), observam-se crescentes manifestações de **competição violenta** no contexto de empreendimentos econômicos ilegais (por exemplo em conflitos armados entre madeireiros, grileiros e garimpeiros).

Os **incentivos à ilegalidade** materializam-se na forma de crescente demanda nacional e internacional por carne bovina, soja e ouro, na alta lucratividade dessas atividades e no baixo custo da legalização de propriedades de médio e grande porte no Brasil, sobretudo originadas de invasão (INSTITUTO IGARAPÉ, 2020).

No que se refere à **impunidade administrativa e penal**, pesquisas revelam uma queda no número de autos de infração ambientais realizados pelo Ibama e ICMBio, de 30% e 54% em 2019 e em 2020, respectivamente. O número de autos lavrados por infração contra a flora nos anos de 2019 e 2020 são os menores já registrados nos últimos 21 anos (Fonte: Rajão et al. 2021). Já o pagamento de multas caiu 74% e 89%, em 2019 e 2020, respectivamente (GATTI et al., 2022). Apesar do descontrole no desmatamento e degradação da Amazônia, desde 2015, autuações e embargos realizados até maio de 2023 atingiram apenas 2,4% dos alertas de desmatamento e 10,2% da área desmatada identificada de 2019 a 2022 (MAPBIOMAS, 2023). A impunidade também se manifesta nos baixos índices de condenação daqueles que financiam e/ou se beneficiam de crimes ambientais e práticas ilícitas relacionadas, como a grilagem, em todo o Brasil e sobretudo na Amazônia (CIPÓ, 2022; STAS-SART et al., 2021). A investigação e responsabilização por assassinatos no campo, inclusive o ataque a defensores ambientais, também são raras. Embora a impunidade não seja um fenômeno exclusivo da Amazônia, dado que 90% assassinatos relacionados a conflitos no campo entre 1985 e 2021 no Brasil não resultaram em julgamentos (CPT 2021), o destaque da região amazônica em todos os levantamentos de violência no campo e contra defensores indica a cumplicidade de atores estatais na violência, bem como a baixa capacidade investigativa das polícias na região (GLOBAL WITNESS, 2022; HUMAN RIGHTS WATCH, 2019; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Ilegalidade e impunidade em números



99%



dos alertas de desmatamento (ou 95% da área desmatada) no Brasil, em 2022, **não possuíam autorização**. A maioria desses alertas estava na Amazônia.

(FONTE: MAPBIOMAS, 2023)

24 DOS 27

estados da federação foram afetados pelas operações da Polícia Federal de combate ao crime ambiental na Amazônia, entre 2016 e 2021.

(FONTE: INSTITUTO IGARAPÉ, 2022)



38%

da área ocupada com exploração madeireira (ou 142 mil hectares) na Amazônia Legal, **não tinha permissão para extração**.

Destes, 21 mil hectares estavam em Terras Indígenas (TIs).

(FONTE: REDE SIMEX, 2022)

55%

foi o aumento da área registrada irregularmente como propriedade particular dentro de TIs na Amazônia entre 2016 e 2020, chegando a 3,57 milhões de hectares. Além disso, os focos de calor em áreas griladas com registro de Cadastro Ambiental Rural (CAR) dentro de TIs aumentaram 105%.

(FONTE: IPAM, 2021)

90%

dos assassinatos relacionados a conflitos no campo entre 1985 e 2021 no Brasil **não resultaram em julgamentos**. A maioria desses assassinatos ocorreu na Amazônia.

(FONTE: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT)

174

toneladas de ouro foram comercializadas entre 2019 e 2020, das quais 49 toneladas provieram de áreas de garimpo com irregularidades, sobretudo no Pará e Mato Grosso. Seis indivíduos e associações, junto a três Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs), concentram a maior parte da produção e comercialização do ouro ilegal amazônico.

(FONTE: UFMG E MPF, 2021)

74% E 89%

foram as quedas no pagamento de multas em 2019 e 2020, respectivamente.

(FONTE: GATTI ET AL., 2022)

30% E 54%

foram as quedas nos autos de infração ambiental realizados pelo Ibama e ICMBio em 2019 e 2020, respectivamente. O número de autos lavrados por infração contra a flora nos anos de 2019 e 2020 foi o menor já registrado nos últimos 21 anos.

(FONTE: RAJÃO ET AL., 2021)



Crime organizado, insegurança e violência na amazônia

Muito da insegurança e violência observadas hoje na Amazônia se explica por duas formas crime organizado, independentes, mas cada vez mais convergentes: **o crime organizado ligado à atuação das facções prisionais e do narcotráfico e o crime ambiental organizado.**

O crime ambiental organizado é o que permite o funcionamento do mercado ilícito de extração e exploração - ilegal - de recursos em áreas de Floresta na Amazônia. Para além dos ilícitos ambientais contra a fauna e flora, propriamente ditos, o crime organizado ambiental abarca também ilícitos não-ambientais, como fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, grilagem de terras bem como crimes violentos. (Fonte: WAISBICH et al., 2022; CIPÓ, 2022; STASSART et al., 2021).

Ainda que nem todo crime ambiental seja violento, o crime ambiental organizado na Amazônia tem se tornado cada vez mais violento. Esta violência tem muitas manifestações, algumas mais visíveis do que outras. Ela pode ser vista, por exemplo, na competição entre grileiros, madeireiros e garimpeiros ilegais por recursos ou então nos distintos ataques desses atores a povos da Floresta e defensores ambientais, na forma de assassinatos, intimidações, ameaças, tentativas de assassinato, violência sexual, invasão, destruição de propriedade, bem como outras violências menos visíveis de cunho moral ou cultural.

Desde os anos 2000, a exploração ilegal de madeira tem sido palco de grande violência na Amazônia, sobretudo contra povos originários. Nos últimos anos, há aumento expressivo da violência associada ao garimpo ilegal de ouro.

Elaboração própria. Fonte: GREENPEACE, 2017; HUMAN RIGHTS WATCH, 2019; SOARES et al., 2021; INSTITUTO IGARAPÉ, 2021; HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI e ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA, 2021; MOLINA e WANDERLEY, 2021).

NARCOTRÁFICO

Em paralelo, também na Amazônia há a preocupação com a insegurança e violência gerada pelo crime organizado ligado ao *narcotráfico*. Trata-se de uma questão prioritária na agenda brasileira de segurança pública e segurança nacional nas fronteiras. No entanto, a Amazônia apresenta manifestações específicas destas dinâmicas.

A Amazônia é uma região fronteira de **importância geopolítica e geoestratégica** ao Brasil (BECKER, 2005; RODRIGUES E KALIL, 2021; IPEA, 2021). Cada vez mais essa importância tem se dado pela progressiva **centralidade do espaço amazônico para o tráfico internacional de drogas**. A Amazônia brasileira desempenha, sobretudo desde os anos 2000, o papel de “porta de entrada”, “espaço de trânsito/corredor” e “nó/hub” do tráfico internacional de cocaína, ao conectar os países andinos produtores de coca e cocaína (Peru, Bolívia e Colômbia) ao mercado brasileiro e a mercados globais (COUTO e OLIVEIRA, 2017; COUTO, 2019). Com a expansão da Rota Amazônica do tráfico de cocaína, a consolidação de facções prisionais regionais e nacionais na região (como o Primeiro Comando da Capital – PCC, o Comando Vermelho – CV e a Família do Norte – FDN), e a alianças das mesmas com as máfias transnacionais da cocaína (sobretudo os grupos colombianos e venezuelanos), há, a partir de 2010, uma **generalização da violência** (SOARES et al., 2021), bem como a **geração de novas dinâmicas de insegurança**. Na Amazônia, a rede do narcotráfico envolve pelo menos 39 municípios, sendo 25 deles no Brasil (principalmente nos estados do Amazonas e Pará, mas também em Roraima, Rondônia, Amapá e Acre) e o restante na Bolívia, Peru, Colômbia e Guiana Francesa (COUTO, 2023).

Na última década, há indícios de uma **convergência cada vez maior entre crime ambiental e narcotráfico na Amazônia** (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022; SILVA, 2022; SOUZA et al, 2022). Essa convergência é impulsionada pela atuação crescente de organizações criminosas já envolvidas no narcotráfico que adentram o crime ambiental em busca de novos mercados. Na Amazônia, a crescente presença do PCC em garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, ou a participação de narcotraficantes na pesca ilegal no Vale do Javari, no Amazonas, são exemplos desta convergência. Longe de ser um fenômeno exclusivamente brasileiro, a participação de organizações criminosas ligadas ao tráfico de armas e drogas também é observada nos países vizinhos, como Colômbia, Peru e Venezuela, sobretudo no caso da mineração ilegal do ouro (INSIGHT CRIME e INSTITUTO IGARAPÉ, 2021; 2022; 2023).

DAS FRAGILIDADES AO FORTALECIMENTO: APRIMORAMENTOS DAS RESPOSTAS ESTATAIS NA PROMOÇÃO DE SEGURANÇA

O panorama descrito pelas publicações acerca da resposta estatal a todas estas dimensões de (in)segurança discutidas anteriormente é pouco alentador. As caracterizações que aparecem nas publicações são muitas e pouco elogiosas: “omisso”, “cúmplice”, “ausente”, “indiferente”, “ineficiente” e “precário”. Tais caracterizações derivam de duas grandes problemáticas já discutidas anteriormente: a ilegalidade que permeia a gestão e acesso à terra e recursos naturais, bem como as atividades econômicas em áreas de florestas, e a impunidade em relação a estes atos e a violência, em suas distintas manifestações. É consenso que tanto a ilegalidade, quanto a impunidade não são fenômenos recentes na história da Amazônia, mas se agudizaram desde 2016, e sobretudo durante o governo de Jair Bolsonaro.

No sentido de dar visibilidade aos desafios de fazer cumprir a lei e garantir o Estado de Direito na região, estudos de diagnóstico apontam para deficiências de governança, autoridade estatal e capacidade institucional das forças de segurança na Amazônia Legal. Há, por exemplo, 1 delegado para cada 2.451 km² e 1 profissional da perícia criminal a cada 2.280 km²; uma cobertura muito menor do que no restante do Brasil (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023). O mesmo se observa nas faixas de fronteira, onde há maior densidade institucional de segurança nas fronteiras do chamado Arco Sul do que no Arco Central e Norte (nos quais estão localizadas as fronteiras amazônicas). Há, por exemplo, maior concentração de recursos humanos e

infraestrutura do Exército, Marinha, bem como da Receita Federal e da Polícia Rodoviária Federal. O número de operações da Polícia Federal em faixas de fronteira entre 2011-2012 também foi menor no Arco Norte, do que nas demais regiões (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016).

Dada a crescente (mais ainda pouco compreendida e estudada) convergência entre crime ambiental e crime organizado ligado ao narcotráfico na Pan-Amazônia, e cada vez mais no Brasil, esta curadoria oferece um importante alerta. Se, por um lado, o tráfico de drogas é a lente pela qual o Estado cada vez mais “pensa e age” na segurança pública e defesa nacional na Amazônia (e o faz de forma precária, ineficaz e até contraproducente), por outro, o paradigma ostensivo-repressivo das chamada “Guerra às Drogas” é sabidamente falho e se mostrou incapaz de resolver a insegurança urbana, além de gerar outras formas de violência estatal (como violência policial e encarceramento em massa de uma juventude já marginalizada social e economicamente). Reforçá-lo no contexto amazônico é receita para o fracasso, pois ocorre em condições “precárias” de baixa governança, autoridade e capacidade institucional, e pouca articulação entre agências, poderes e níveis de governo. Muito se fala da Amazônia como um laboratório para a emergência de paradigmas de desenvolvimento sustentável inclusivo e há iniciativas promissoras em curso neste sentido, tanto no âmbito do Estado como da sociedade. Na esteira destes debates, é preciso coragem e assertividade para incluir a questão da segurança multidimensional como chave desta transformação verde e assim assegurar a transição para economias justas e compatíveis com a floresta em pé.

Frente a esses desafios é fundamental aprofundar o debate acerca do fortalecimento de respostas e capacidades estatais rumo a novos paradigmas de promoção de segurança multidimensional na Amazônia. É inegável que a presença do Estado precisa ser fortalecida em sua diversidade de atores e atribuições (ligadas às pastas de segurança pública, defesa, fiscalização ambiental, proteção de povos indígenas, direitos humanos, desenvolvimento sustentável etc.) e em todas as esferas de governo. Isso passa pela alocação de maiores volumes de recursos humanos e financeiros, bem como pela criação de capacidades específicas para atuar no espaço amazônico de forma coordenada e articulada (DE ALMEIDA JR., 2019; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022; INSTITUTO IGARAPÉ, 2022). Passa também pela coordenação de ações de cooperação regional com os demais países vizinhos amazônicos com quem o Brasil compartilha desafios similares, fluxos transfronteiriços, mas também a responsabilidade de proteger a Amazônia e as populações que nela vivem (MACEDO, 2021; PAES, 2022).

No entanto, dada a relação entre fragilização de regulação socioambiental³, incentivo à ilegalidade e violência na Amazônia, tanto as medidas de comando e controle (como reforço da fiscalização ambiental), como as medidas de regulação na comercialização de commodities florestais para garantia da legalidade, e o aprimoramento de sistemas de transparência, rastreabilidade e due diligence são também estratégias de combate à insegurança e prevenção violência. Esta mirada integrada é fundamental e coerente como o que já se sabe e aprendeu com o fracasso na “Guerra às Drogas”. Tais aprendizados são, mais do que nunca, peças fundamentais para o combate à insegurança vinculada ao crime organizado na Amazônia (seja ele ambiental ou não), apontando, por exemplo, para a elaboração de estratégias holísticas que combinem os instrumentos do direito penal com o investimento em capacidades investigativas e de inteligência. No caso do crime ambiental organizado, um dos caminhos é o enfoque dados aos ilícitos conexos, como a lavagem de dinheiro, a fim de lograr responsabilizar os que mais se beneficiam dos mercados ilícitos ligados aos recursos naturais amazônicos (Fonte: MPF, 2021; INSTITUTO IGARAPÉ, 2023), e que, com frequência, são os grandes promotores da violência contra povos da Floresta na Amazônia, por meio de milícias e pistolagem (GREENPEACE, 2017; DOMINGUES et al., 2018).

O paradigma do Estado “ausente”, “omisso”, “cúmplice” ou “precário” não é condizente com a importância geopolítica que a Amazônia tem hoje para o Brasil e tampouco com a urgência de proteção da Floresta imposta pela emergência climática. O aprimoramento da resposta estatal à questão da (in)segurança na Amazônia passa, assim, pela produção de diagnósticos precisos sobre a complexidade e multidimensionalidade do fenômeno, pelo fortalecimento do papel regulador e das capacidades investigativas do Estado e pela promoção de paradigmas alternativos de desenvolvimento sustentável e inclusivo, como alternativas aos mercados ilegais.

3. O termo “regulação socioambiental” pretende circunscrever o conjunto de normas, políticas, mecanismos institucionais e práticas sociais voltadas para a mediação das relações entre sociedade, economia e meio ambiente. Seu objetivo principal é garantir o uso sustentável dos recursos naturais, proteger ecossistemas e assegurar os direitos das populações afetadas por atividades produtivas ou extrativistas. Nesse sentido, pode ser concretizada por meio de leis ambientais, processos de licenciamento ambiental, fiscalização, certificações socioambientais, acordos voluntários e pressão social. Dessa maneira, embora a atuação do Estado tenha primazia, devido às suas funções específicas de legislador e de fiscalizador, a regulação socioambiental também envolve o concurso da sociedade civil, dos movimentos sociais, do setor privado e de organismos internacionais.

Conflitos socioambientais e violência contra povos da Floresta e defensores ambientais

- Disputas por acesso e uso da terra/recursos da biodiversidade
- Impactos de grandes empreendimentos e projetos de desenvolvimento
- Violência física, moral, cultural, patrimonial e psicológica
- Impunidade
- Sobreposição de conflitos; trajetórias históricas e manifestações contemporâneas
- Novas dinâmicas ligadas à expansão do narcotráfico e presença de facções criminosas

Ecossistema do crime ambiental

- Ilegalidade: economias ilícitas/com ilicitudes
- Crime ambiental organizado: crimes ambientais e conexos
- Impunidade administrativa e penal
- Desmonte normativo e institucional do arcabouço socioambiental
- Estado promotor, conveniente e/ou omissivo
- Modelos de desenvolvimento predatórios na Amazônia
- Vulnerabilidade socioeconômica: aliciamento para mercados ilícitos
- Progressiva convergência entre narcotráfico e crime ambiental

Narcotráfico

- Expansão do crime organizado ligado ao narcotráfico na Amazônia: local, nacional, regional
- Amazônia: “rota primária”, “corredor”, “nó central” ligando países andinos produtores de cocaína aos mercados do Brasil e exterior
- Excesso de violência urbana e rural
- Interiorização da violência
- Crise na Segurança Pública e no Sistema Prisional
- Violência estatal/institucional no combate ao narcotráfico
- Vulnerabilidade socioeconômica: recrutamento para mercados ilícitos
- Expansão do crime organizado tradicional para o crime ambiental (ex. narcogarimpo na TI Yanomami)

Geopolítica da Amazônia: soberania e fronteiras

- Importância geopolítica da Amazônia para a Política Externa e Defesa Nacional
- Corredor-Amazônico: hub do tráfico internacional de drogas, armas e pessoas
- Crises humanitárias migratórias
- Particularidades: extensão, geografia de rios e floresta densa, baixa densidade demográfica, proximidade dos países produtores de cocaína e alta concentração e vulnerabilidade de povos indígenas, inclusive povos isolados
- Pouca densidade, baixa articulação e desafios para a cooperação regional
- Desafios na atuação das Forças Armadas em Faixas de Fronteira
- Desafios de coordenação e cooperação doméstica e internacional/regional

(IN)SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL NA AMAZÔNIA (Nacional, Pública, Humana, Alimentar, Jurídica e Climática)



Segurança como chave para o desenvolvimento sustentável e inclusivo na Amazônia

- Aprimoramento das respostas estatais ao problema da segurança multidimensional
- Fortalecimento da cooperação regional/internacional

- Governança fortalecida: articulação interagências e inter-federativa; diálogo civil-militar
- Segurança como pré-requisito para atrair capital responsável e gerar

- oportunidades aos amazônidas
- Para além do comando e controle: Combate à ilegalidade e fortalecimento da regulação como prevenção da violência



Desafios da resposta estatal em números

Apesar de cobrir mais do que 50% do território nacional, se tratar de espaço geopolítico e geoestratégico e possuir elevadas taxas de violência, quando comparadas ao restante do Brasil, a cobertura, densidade e capacidade institucional de forças de segurança ainda é muito menor do que no resto do país.

Na Amazônia Legal, há



(FONTE: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023).

As Faixas de Fronteira do Arco Sul ainda possuem maior concentração de recursos humanos e infraestrutura do Exército, Marinha, bem como da Receita Federal e da Polícia Rodoviária Federal. O número de Operações da Polícia Federal em faixas de fronteira entre 2011-2012 também foi menor no Arco Norte, do que nas demais regiões

(FONTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016).

É inegável que a presença do Estado (em toda sua diversidade de atores e atribuições, e em todas as esferas de governo) precisa ser fortalecida. Isso passa por alocar mais recursos humanos e financeiros, bem como criar capacidades específicas para atuar no espaço amazônico de forma coordenada e articulada .

(FONTE: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022; INSTITUTO IGARAPÉ, 2022).

Passa também por coordenar ações de cooperação regional, com os demais países vizinhos amazônicos, com quem o Brasil compartilha desafios similares, fluxos transfronteiriços, mas também a responsabilidade de proteger a Amazônia e as populações que nela vivem

(FONTE: MACEDO, 2021; PAES, 2022).

Anexo

Curadoria dos principais estudos e trabalhos técnico-científicos que abordam a segurança na Amazônia

Segurança Multidimensional

Documento 1	Governar para não entregar: uma agenda de Segurança Multidimensional para a Amazônia brasileira
Instituição	Instituto Igarapé
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento; governança; segurança pública
Ano	2022
Link	https://igarape.org.br/governar-para-nao-entregar-uma-agenda-de-seguranca-multidimensional-para-a-amazonia-brasileira/
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	A agenda trata do nexo entre segurança pública e proteção ambiental na Amazônia brasileira, trazendo propostas para ampliar o debate e engajar atores nesta problemática. A agenda parte de duas constatações: primeiro, o aumento do desmatamento e da violência na Amazônia Legal é uma anomalia que ameaça a soberania nacional e que deve ser combatida a partir de uma maior articulação entre instrumentos das políticas ambientais e de segurança pública. Segundo, o fortalecimento do Estado de Direito e o cumprimento da lei são pressupostos para que o desenvolvimento inclusivo e sustentável prospere na região. Em seu diagnóstico da governança e das capacidades institucionais das instituições envolvidas nessa temática no presente momento, a organização afirma que: 1) A violência na Amazônia tem três faces, cada vez mais articuladas: a violência urbana, as dinâmicas ligadas às facções de tráfico de drogas e as dinâmicas ligadas ao crime ambiental. Juntas são responsáveis por um “excesso de violência” observado na região, se comparados ao resto do país. Treze das 30 cidades mais violentas do país estão na Amazônia Legal, cenário exacerbado pela presença de diferentes facções criminosas que disputam o domínio das rotas no Brasil para escoamento das drogas dos países andinos produtores para os mercados interno e externo. Os municípios com as maiores taxas de desmatamento são também os menos desenvolvidos na região, o que torna sua população mais vulnerável ao aliciamento para o envolvimento em atividades ilegais. 2) As manifestações de violência têm especificidades a depender do grupo (povos indígenas, populações tradicionais quilombolas, extrativistas, ribeirinhas e defensores). Mulheres também são afetadas de maneira diferenciada, expostas à violência de gênero, incluindo exploração sexual, estupro, tráfico de pessoas e prostituição, em uma região onde o crime de incesto ou estupro de vulnerável ainda é disseminado. 3) A falta de coordenação entre os atores políticos, associada à complexa geografia, à falta de prioridade no combate aos crimes ambientais, à baixa capacidade de aplicação da lei e à proximidade com países produtores de drogas faz com que diferentes redes criminosas se aproveitem do vazio institucional para explorar diferentes economias ilícitas ameaçando a segurança pública. A agenda propõe uma série de recomendações em três eixos (visão de Amazônia, combate a crimes ambientais, violência urbana e crime organizado), tais como: 1) Inovação na governança e na gestão, 2) Investimento em recursos humanos e logísticos, 3) Prevenção de crimes e ilícitos ambientais, 4) Responsabilização, comando e controle, 5) Rastreabilidade e controle das cadeias de economias que impactam o desmatamento na Amazônia, 6) Produção e transparência de dados, 7) Prevenção da violência, 8) Fortalecimento das forças policiais, 9) Prisões e Sistema socioeducativo.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 2		Governança e capacidades institucionais da segurança pública na Amazônia
Instituição		Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Temas abordados		Ilegalidade e desmatamento; governança; segurança pública
Ano		2022
Link		https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Governanca-e-Capacidades-Institucionais-da-Seguranca-Publica-na-Amazonia.pdf
Setor		Sociedade civil
Mensagens centrais		Estudo diagnóstico sobre governança e capacidades institucionais na Amazônia, a partir do caso de seis estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima). Seus principais achados são: 1 - baixa eficiência do Estado brasileiro em subsidiar o governo sobre as questões da Amazônia, em especial nos territórios distantes dos grandes centros urbanos, e incapacidade de promover o Estado de Direito nos interiores da região, em especial pela intermitência de sua atuação.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 3	Cartografias das Violências na Região Amazônica: Relatório Final
Instituição	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Temas abordados	Segurança Pública; crime organizado; violência
Ano	2022
Link	https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-amazonica-relatorio-final-web.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	O relatório cruza e analisa dados sobre ilegalidades, criminalidade e segurança pública na Amazônia com o debate socioambiental. O relatório analisa, primeiro, a expansão dos crimes ambientais (grilagem de terras, queimadas ilegais, exploração de madeira e, sobretudo, mineração ilegal) e seu impacto no aumento de violência relacionada a conflitos por uso da terra. Neste quesito, o relatório aponta para a centralidade das rotas fluviais no escoamento da madeira, aliadas a rotas rodoviárias precárias e pouco fiscalizadas. A dinâmica é especialmente intensa no Pará e no Amazonas (de onde é exportada via porto de Manaus). Em seguida, traz discussão sobre: 1- difusão do crime organizado e das facções do narcotráfico na região; 2- violência letal em decorrência de conflitos ambientais e fundiários; 3 - mortes violentas intencionais na Amazônia. Sobre o crime organizado, o relatório enfatiza que, até 2017/2019, o maior aliado do Comando Vermelho na região (contra o PCC) era a Família do Norte, que controlava a maior parte dos pontos de venda de drogas no Amazonas. Desde então, há rachas e disputas, dentro e fora dos presídios, com várias chacinas registradas. Em paralelo, descreve a trajetória da violência homicida na região, com crescimento expressivo desde os anos 2000, decorrentes da chegada das facções do sudeste, bem como do estabelecimento de novas rotas internacionais do tráfico de drogas na Amazônia brasileira. Observa-se, ademais, que a Amazônia Oriental está muito mais integrada em relação às rotas rodoviárias, enquanto na Amazônia Ocidental prevalecem as rotas hidroviárias. Há também rotas aeroviárias, por meio de pistas clandestinas. A expansão do narcotráfico fez surgir novas facções locais e regionais no Brasil e novas alianças com grupos (cartéis, facções, grupos do crime) de países vizinhos. Dentre os principais achados relativos à violência estão: 1 - o crescimento nas taxas de homicídios/ mortes violentas intencionais, acima da média nacional, em decorrência da expansão do tráfico e crime organizado na região; 2) a interiorização da violência entre 2018 e 2020; 3 - taxas de homicídio superiores à nacional e à da região da Amazônia Legal nos municípios amazônicos sob pressão do desmatamento. Por fim, o relatório descreve a estrutura institucional da segurança na Amazônia, mapeando as diversas instituições de segurança, defesa e justiça que atuam na região. O relatório alerta para gargalos, como a falta de recursos humanos, falta de treinamento específico para a atuação junto a povos originários e ausência de integração entre os diferentes órgãos estatais atuantes nos estados. Alerta ainda para erros comuns na resposta estatal às problemáticas de segurança e violência na Amazônia, quais sejam: a militarização e o foco em Defesa Nacional ou então a separação do urbano e rural e/ou cidade e floresta.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 4	Boletim Descontrole no Alvo 03: Amazônia no Alvo
Instituição	Instituto Igarapé
Temas abordados	Violência armada
Ano	2022
Link	https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/07/2022-07-15-Boletim-Descontrole-no-Alvo-3-Amazonia-no-Alvo.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Boletim alerta sobre o aumento de armas em circulação na Amazônia Legal desde 2019, decorrente das políticas adotadas pelo governo federal de facilitação do acesso às armas e munições (por meio de alterações infralegais realizadas na política de controle de armas). O boletim traz dados que mostram que o ritmo do aumento na região amazônica foi maior se comparado ao restante do país. Entre 2018 e 2021, enquanto o registro de armas por pessoas físicas no Brasil cresceu 130,4%, o crescimento na Amazônia Legal foi de 219%. Eram 57.737 armas registradas em 2018. O número saltou para 184.181 em 2021. O boletim chama ainda a atenção para o aumento expressivo (de quase 300%) de armas registradas por Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) na região desde 2018, sobretudo nos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

Documento 5	Amazônia como síntese da violência extrema
Instituição	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Temas abordados	Segurança Pública; crime organizado; violência
Ano	2022
Link	https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/02-anuario-2022-amazonia-como-sintese-da-violencia-extrema.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	O capítulo sobre a Amazônia reforça a noção de que a região é marcada pela violência extrema e pelas recorrentes violações de direitos humanos contra a sua população, com ênfase contra os seus povos tradicionais. O narcotráfico e o crime ambiental organizado transformaram os índices de violência letal dos estados da Amazônia Legal. Alguns dados apresentados são: 1) A violência letal na Amazônia é 38% superior àquela das demais regiões do país. Apenas na Amazônia rural, a taxa é 14,6% superior na Amazônia do que a média brasileira; 2) Para os anos de 2019-2020, das 30 cidades brasileiras com taxas de mortes violentas intencionais superiores a 100 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes, dez delas estão localizadas na Amazônia. Praticamente todos os dez municípios estão localizados ou imediatamente ao lado ou próximos a Terras Indígenas e das fronteiras com os demais países da Pan Amazônia. Entre os desafios encontram-se a baixa oferta de recursos humanos e o falho arranjo de governança entre forças de segurança em faixa de fronteira, considerando por exemplo que as Forças Armadas deveriam ter um papel maior de fiscalização e controle, mas não o exercem.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 6		Cartografia das violências na região amazônica: relatório final
Instituição	Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP, Instituto Clima e Sociedade - ICS e Territórios Emergentes e Redes de Resistência na Amazônia – TERRA da Universidade do Estado do Pará – UEPA	
Temas abordados	Segurança Pública; crime organizado; violência	
Ano	2022	
Link	https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-amazonica-relatorio-final-web.pdf	
Setor	Sociedade civil; Universidade	
Mensagens centrais	O relatório estrutura-se em três eixos: crimes ambientais, crime organizado e narcotráfico e a estrutura institucional da segurança na Amazônia. Em relação aos crimes ambientais realiza uma análise abrangente sobre os conflitos fundiários, a violência ambiental e as ameaças aos defensores da floresta na região amazônica brasileira, denunciando o aumento da violência contra povos indígenas, comunidades tradicionais e trabalhadores rurais, especialmente em áreas de expansão do agronegócio, mineração ilegal e grilagem. Entre 2009 e 2022, foram registrados milhares de conflitos e centenas de assassinatos relacionados à disputa por terra e recursos naturais na Amazônia Legal. O Pará lidera as estatísticas de violência, seguido por Maranhão e Rondônia. O relatório aponta a impunidade como um dos principais fatores que alimentam a continuidade desses crimes. No tocante ao crime organizado, destaca a presença do narcotráfico e o domínio de facções criminosas em rotas fluviais e terrestres. A Amazônia passou a ser um corredor estratégico para o tráfico internacional de drogas, com a presença de grupos armados que controlam territórios e utilizam a violência para impor poder. Facções como o Comando Vermelho e o PCC ampliaram sua atuação, associando-se a redes locais envolvidas com garimpo ilegal e contrabando, o que agrava a vulnerabilidade social e institucional da região. Finalmente, o relatório indica a fragilidade das instituições de segurança pública e ambiental na Amazônia. A falta de presença efetiva do Estado, a precariedade das forças policiais, a desarticulação entre órgãos e a retirada de recursos de fiscalização contribuíram para o aumento da violência e da impunidade. A ausência de políticas integradas entre os estados amazônicos e o governo federal dificulta o enfrentamento do crime e a proteção das populações vulneráveis. Diante desse quadro, são propostas como recomendações a adoção de medidas urgentes como o fortalecimento das instituições de fiscalização, a proteção efetiva de defensores de direitos humanos e do meio ambiente, além da garantia de territórios às populações tradicionais.	

Conflitos socioambientais e violência contra povos da floresta e defensores ambientais

Documento 7	Amazônia e movimentos sociais: diálogos entre a cidade e a floresta
Instituição	UFAM
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento; governança; segurança pública
Ano	2023
Link	https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6623
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Coletânea focada em movimentos sociais, na qual o tema da violência perpassa muitos capítulos, seja por menções a tipos de manifestações específicas no caso de conflitos socioambientais, seja como pano de fundo (a partir da noção de violência estrutural contra povos da Floresta). Destaque para o capítulo de Milena Fernandes Barroso, “A luta das mulheres do Xingu contra grandes projetos na Amazônia”, que trata da mobilização de mulheres no Xingu contra a Barragem de Belo Monte e de sua luta contra as violências dos grandes projetos. O capítulo começa afirmando a centralidade da oposição a grandes projetos (incluindo rodovias e hidroelétricas) e na mobilização social de mulheres na Amazônia. Tais projetos na Amazônia têm sido historicamente marcados por impactos socioambientais, inclusive aumento da violência no entorno dos empreendimentos. No caso de Belo Monte, a mobilização de mulheres se beneficiou de articulações e ações de resistências anteriores (feitas com apoio de Comunidades Eclesiásticas de Base sobretudo em Altamira), no marco da oposição à Transamazônica (BR 230), em que as pautas feministas não foram priorizadas (na verdade, foram invisibilizadas em benefício de questões como a fundiária). No caso de Belo Monte, protagonizaram as mulheres organizadas no Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), criado em 2008, e que reuniu representantes de diferentes grupos afetados pela confluência de questões e violências agudizadas pela Barragem (moradia, direitos de povos tradicionais, acesso a recursos e alimentos, violência física, compensações dignas etc.).

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 8	Base de Dados Conflitos no Campo Brasil, produzida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Instituição	Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Temas abordados	Violência; defensores; povos indígenas
Ano	Múltiplos
Link	https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil .
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Dados de conflitos que envolvem os trabalhadores do campo e denúncias da violência por eles sofrida. Os registros começaram a ser compilados em 1985 e, desde 2011, encontram-se disponíveis no site da CPT. Os conflitos documentados se dividem nas seguintes categorias: conflitos por terra, trabalhistas e água. A CPT também sistematiza para cada ano dados de violência contra a pessoa decorrentes destes conflitos (assassinatos, tentativas de assassinato, mortes em consequência de conflitos, ameaças de morte, torturas, prisões e agressões). O banco de dados atual chama-se Gaia e o último relatório anual disponível é o de 2022. Alguns dos achados mais recentes são: desde que a CPT passou a registrar esses conflitos, o ano de 2022 foi o mais violento para os povos do campo, das águas e das florestas. Entre 2013 e 2022, houve 1.935 ocorrências de invasões de territórios por pessoas e grupos estranhos às comunidades. 61,25% delas entre 2019 e 2022, sob Bolsonaro. O relatório de 2022 ainda apresenta quatro tipos de violência praticada pelo Estado (o Estado omissivo/negligente, Estado conivente, Estado normativo/regulador em prol do capital e o Estado agressor).

Documento 9	Base de Dados Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, produzida pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
Instituição	Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
Temas abordados	Violência; defensores; povos indígenas
Ano	Múltiplos
Link	https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-anteriores/
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Dados de violência empreendida pelo poder público e por particulares contra os povos indígenas no Brasil publicados pela primeira vez em 1996 e, desde 2003, de forma anual. O CIMI apresenta dados relativos a três tipos de violência: “Violência contra o Patrimônio”, “Violência contra a Pessoa” e “Violência por Omissão do Poder Público”. O último relatório disponível é o de 2021.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 10	Guia de Proteção a defensoras de direitos humanos e meio ambiente na Amazônia
Instituição	Instituto Igarapé
Temas abordados	Defensores
Ano	2022
Link	https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Guia-de-protecao-a-defensoras-de-direitos-humanos-e-meio-ambiente-Instituto-Igarape.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Guia focado em defensoras acompanhado de breve pesquisa com aproximadamente 130 mulheres defensoras na Amazônia em 2021 (https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/05/2022-05-23-infografico-DEFENSORAS-DA-AMAZONIA-print.pdf). Parte do diagnóstico de que a Amazônia é uma região perigosa para defensores e que mulheres defensoras são sujeitas a violências específicas e por vezes silenciosas e invisibilizadas nos registros (subnotificadas). As categorias de violência estudadas foram: moral, patrimonial e econômica, sexual, psicológica, violência ou ameaça contra familiares, física, apagamento estrutural e silenciamento, violência doméstica, ameaça aos recursos naturais essenciais para a sobrevivência. Das violências mais frequentemente relatadas pelas entrevistadas constam: a moral, a violência física pessoal, a ameaça sem o uso de armas, a violência psicológica e a violência ou ameaça a familiares. A violência moral foi a mais comum, (especialmente no interior de seus lares e comunidades, resultante do preconceito contra seu ativismo. O guia ainda contém seções sobre análise de risco, redes de proteção públicas e da sociedade civil e dicas de autoproteção, inclusive no meio digital.

Documento 11	Defending Tomorrow. The climate crisis and threats against land and environmental defenders
Instituição	Global Witness
Temas abordados	Defensores
Ano	2020
Link	https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defending-tomorrow/
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Relatório global com os registros de violência contra defensores ambientais e do direito à terra para o ano de 2019. O relatório inclui dados sobre assassinatos, bem como intimidações, criminalização, mudanças legislativas e assédio judicial. No período analisado, apenas na Amazônia Legal, 24 defensores foram mortos. A Amazônia respondeu por aproximadamente 90% dos assassinatos de defensores ambientais no Brasil. O Brasil foi o terceiro país que mais registrou assassinatos no ano. O primeiro foi a Colômbia (64 no total), seguido das Filipinas (43 assassinatos). Alguns dados adicionais: os registros apontam para aumento nos ataques contra servidores ambientais, inclusive no Brasil. O relatório também informa que, entre 2000 e 2018, 42 pessoas do povo Guajajara foram mortas em decorrência de conflitos com madeireiros ilegais. O relatório traz recomendações a governos e empresas, incluindo endereçar as causas profundas dos conflitos por terra e ambientais, proteger defensores e ativistas, garantir acesso à justiça e responsabilização dos envolvidos.

Documento 12	
Série de relatórios produzidos por organizações representativas dos Povos Yanomami e Ye'kwana e pelo Instituto Socioambiental sobre garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami	
Instituição	Hutukara Associação Yanomami, Associação Wanasseduume Ye'kwana e Instituto Socioambiental
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro; povos indígenas
Ano	2020
Link	https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/cicatrizes-na-floresta-evolucao-do-garimpo-ilegal-na-ti-yanomami-em-2020
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Os relatórios tratam da evolução da degradação florestal e dos danos socioambientais causada pelo garimpo ilegal nos anos recentes na Terra Indígena Yanomami (TIY). O monitoramento começou em 2018 e, na época, registrava um pouco mais de 1.200 hectares de área total destruída pelo garimpo na TIY. Em 2020, a TIY continha 2.400,00 hectares de área degradada pelo garimpo, concentrados sobretudo ao longo do rio Uraricoera. O garimpo é feito com maquinário pesado e ameaça o modo de vidas das comunidades locais, gerando desestruturação econômica e conflitos violentos, além de ameaça sanitária e cultural (inclusive a povos isolados). O relatório aponta para o fechamento das BAPes a partir de 2015 e a menor frequência e alcance de operações de fiscalização como fatores para o agravamento da situação. Já o relatório de 2021 aponta para uma crise na TI, qualificando de “o pior momento de invasão desde que a TI foi demarcada e homologada, há trinta anos”, com uma explosão de doenças, degradação ambiental e violência contra povos indígenas. Em dezembro de 2021 o total de hectares atingidos pelo garimpo foi de 3.272. Esta expansão se deu pela estruturação de redes empresariais criminosas dedicadas à extração ilegal de ouro, cada vez mais lucrativa, e pelo enfraquecimento da fiscalização. O relatório aponta ainda para os indícios de aproximação do crime organizado de áreas afetadas pelo garimpo ilegal, com a circulação de pessoas armadas e crescente violência contra comunidades, como demonstrado nos ataques à comunidade Palimiu por membros do PCC. Ver: Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana. Cicatrizes Na Floresta: Evolução Do Garimpo Ilegal Na TI Yanomami em 2020. Boa Vista: Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2021 e Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana. Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. Boa Vista: 2022

Documento 13	
Fronteiras da re-existência e resistência: as cartografias dos conflitos socioambientais na tríplice fronteira amazônica, Colômbia e Per	
Instituição	Universidade do Estado do Amazonas e Universidade do Minho
Temas abordados	Fronteiras; povos indígenas e tradicionais; conflitos socioambientais; violência
Ano	2020
Link	https://journals.openedition.org/configuracoes/8497
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Artigo de cunho sociológico e antropológico discute violência contra comunidades rurais (ribeirinhas, quilombolas e povos indígenas) na região da Tríplice Fronteira (BR-CO-PE), na microrregião do Alto Solimões, decorrente de conflitos socioambientais causados pelo recrudescimento de atividades econômicas ilícitas (ocupação de terras, extração ilegal de madeira, pesca ilegal, exploração ilegal de ouro e tráfico de drogas). Dadas as sensibilidades geopolíticas de áreas de fronteira, descreve também a crescente participação do narcotráfico no financiamento de atividades econômicas ilícitas (pesca, extração de ouro e madeira). O artigo aponta ainda para a ineficiência e não-neutralidade/cumplicidade do Estado (caracterizado como “presente-ausente”) com estas atividades e sua repressão e violência direcionada inclusive aos próprios grupos vulneráveis vitimados, dada a crescente militarização e priorização do combate ao tráfico de drogas. Parte desta violência também se expressa na invisibilidade, inclusive estatística, da região e dos conflitos. Salienta também a impunidade na região nos casos de assassinatos resultantes destes conflitos. O artigo descreve, por fim, ações de resistência, como vigilância e fiscalização autônomas, denúncias ao Poder Público, cartografias autônomas dos conflitos e violência na região.

Documento 14 O cerco do ouro: garimpo ilegal, destruição e luta em terras Munduruku	
Instituição	Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro; povos indígenas
Ano	2021
Link	https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/o-cerco-do-ouro-garimpo-ilegal-destruicao-e-luta-em-terras-munduruku-resumo
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Estudo (em formato de relatório-denúncia) foca na questão do ouro nos territórios dos Munduruku na bacia do Tapajós (sobretudo as TIs Munduruku e Sai Cinza) em que o tema da violência é central, dada a relação intrínseca entre usurpação de terras e violência no caso do garimpo ilegal em TIs. A Província Aurífera do Tapajós é, desde 1950 e sobretudo a partir de 1970/1980, a principal área de garimpo da Amazônia. Destaque para os capítulos 3 e 5, que abordam, entre outras coisas, os impactos do garimpo (a contaminação por mercúrio, malária e Covid-19, a disseminação de bebidas alcoólicas, prostituição e trabalho infantil), as manifestações da violência contra comunidades indígenas (incluindo ameaças de morte), os desafios de proteção a lideranças ameaçadas (por meio do programa federal, bem como estadual), a resistência do povo Munduruku (incluindo denúncias ao poder público e fiscalização autônoma), o histórico de conflitos entre garimpeiros e indígenas e as operações de combate do garimpo em TIs (que envolvem distintas agências, incluindo a PF, FUNAI, MPF, Ibama, DPU, Força Nacional etc.). Dentre as principais contribuições da coletânea destaca-se a identificação da baixa eficácia na resposta estatal ao problema, apesar das inúmeras denúncias dos Munduruku, e a descontinuidade do apoio estatal no território, deixando as comunidades bastante vulneráveis perante a invasão e violência de garimpeiros. Outra contribuição é reconhecer o sistemático aliciamento e cooptação de indígenas para o garimpo na região, o que produz violentos conflitos intracomunitários e fraturas nas sociedades indígenas garimpadas. Por fim, destaca a importância da mobilização indígena na produção de seus próprios relatórios-denúncia, que funcionam não apenas como testemunhos de resistência, mas também como registros das violências. Importante pontuar que o estudo, apesar de focado nos territórios Munduruku, inclui também dados sobre garimpo ilegal e resposta estatal ao garimpo em outras TIs da Amazônia, com destaque para Kayapó e Yanomami.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 15	Necropolitics, State of Exception, and Violence Against Indigenous People in the Amazon Region During the Bolsonaro Administration
Instituição	Univesidade do Estado do Amazonas
Temas abordados	Violência; povos indígenas; governança
Ano	2021
Link	https://www.scielo.br/j/bpsr/a/hrzm7NfXsbjRdRPHKh6zfKF/
Setor	Universidade
Mensagens centrais	A partir de dados produzidos pela sociedade civil, sobretudo CPT e CIMI, mobiliza conceitos como necropolítica e estado de exceção para caracterizar as múltiplas violências a que são submetidos os povos indígenas na Amazônia brasileira. Contribui para a caracterização da ação estatal como “ineficiente”, oscilando entre irresponsável, deliberadamente omissa e violenta. O artigo apresenta os diferentes regimes econômicos de nacionalização e desenvolvimento da região na história, mas concentra-se no período Bolsonaro, caracterizando-o como um momento de intensificação do “projeto de extermínio” (epistemicídio e genocídio) dos povos indígenas amazônicos, por meio de ausência deliberada, conluio com interesses econômicos privados, sobretudo do setor do agronegócio. Foca ademais na caracterização do desmantelamento do arcabouço político-institucional ambiental e indigenista e suas consequências em termos de violação de direitos e violência multidimensional (física, moral, sexual, assassinatos, crimes contra propriedade) bem como altas taxas de mortalidade, por distintas questões de saúde (covid-19, desnutrição, suicídio etc.).

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 16	Decade of defiance. Ten years of reporting land and environmental activism worldwide
Instituição	Global Witness
Temas abordados	Defensores
Ano	2022
Link	https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/decade-defiance/
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	O relatório traz dados para 2021, bem como uma análise da série histórica de dados compilados pela Global Witness desde 2012. Duzentos defensores ambientais foram assassinados em 2021, 26 deles no Brasil. Registra-se um aumento desde 2020, com 20 casos documentados. A América Latina foi a região mais perigosa para defensores em 2021: com 3/4 dos registros. México, Colômbia e Brasil responderam por metade dos ataques. 78% dos ataques no Brasil, Peru e Venezuela ocorreram na Amazônia e o Pará figura como um dos estados mais perigosos. O relatório dá destaque para conflitos por terra, ameaças a comunidades quilombolas, bem como expansão ilegal de atividades agrícolas em áreas de floresta e uso de milícias privadas. O Brasil lidera na série histórica de 2012 a 2021 com 342 assassinatos, seguido por Colômbia (322) e Filipinas (270). Outros países amazônicos figuram na lista: Peru (51) e Venezuela (17). Um terço das mortes registradas no Brasil foi de povos indígenas ou afrodescendentes e 85% dos assassinatos ocorreu na Amazônia Brasileira, no marco de conflitos por terra e pela proteção da floresta. Violência e impunidade cresceram sob Jair Bolsonaro. O estudo argumenta que as mortes de defensores estão fortemente relacionadas à desigualdades no acesso à terra (bem como desigualdades econômicas, ambientais e sociais a elas associadas), corrupção, ameaças ao espaço cívico, legados de guerras civis e outros conflitos violentos, e impunidade empresarial. O relatório traz ainda recomendações a governo e empresas no sentido de fortalecer a proteção de defensores e fortalecer mecanismos de due diligence e compliance ambiental e de direitos humanos por parte de empresas, incluindo mecanismos de reparação a vítimas.

Documento 17	Vitórias Régias- na proteção dos direitos humanos e do meio ambiente
Instituição	Instituto Igarapé
Temas abordados	Defensores;violência
Ano	2022
Link	https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/05/2022-05-23-infografico-DEFENSORAS-DA-AMAZONIA-print.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	O texto aborda a situação de mulheres defensoras dos direitos humanos e do meio ambiente na Amazônia brasileira, destacando os desafios e violências que enfrentam. A pesquisa do Instituto Igarapé revelou que 125 mulheres se identificaram como defensoras, com 100 delas relatando ter sofrido algum tipo de violência, incluindo moral, física e psicológica, sendo que 27 delas sofreram mais de um tipo de violência. O tipo mais comum foi o de violência moral (27%), seguido por violência física pessoal (19,7%) e ameaça pessoal sem uso de armas (14,2%), perpetradas principalmente por agressores desconhecidos. O contexto de conflitos na Amazônia, como disputas por terra e exploração de recursos, agrava a situação, e as histórias de mulheres como Cláudia, Luana, Maria, Geralda e Flávia ilustram as dificuldades enfrentadas, enfatizando a importância de reconhecer e proteger essas defensoras.

Ecossistema do crime ambiental

Documento 18	Madeira manchada de sangue
Instituição	Greenpeace
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/madeira; conflitos socioambientais; violência
Ano	2017
Link	https://www.greenpeace.org.br/hubfs/Campanhas/Chega%20De%20Madeira%20Illegal/Relat%C3%B3rio%20-%20Madeira%20Manchada%20de%20Sangue.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	O estudo apresenta alguns casos emblemáticos de violência (intimidação, ameaças, assassinatos e tentativa de homicídio) contra comunidades rurais associada à exploração ilegal de madeira e grilagem no Mato Grosso, Rondônia e Pará. O estudo argumenta que distintas fraudes na extração ilegal de madeira em áreas protegidas acarretam violência contra populações rurais (sobretudo indígenas e extrativistas). No caso do massacre de Colniza (2017), por exemplo, o estudo aponta para a participação de empresários do ramo da madeira na extração ilegal e no mando no massacre, objetivando expulsar moradores, e feito por assassinos de aluguel (pistolagem). O estudo salienta ainda o sistemático baixo cumprimento da lei e impunidade ligada aos crimes ambientais e à violência no Arco do Desmatamento. Usando dados da CPT para 2016, reforça a prevalência da Amazônia Legal no total de assassinatos relacionados a conflitos no campo e a madeira “como gatilho da violência”. Por fim, o estudo critica o desmantelamento do arcabouço protetivo pelo Congresso e Executivo Federal desde 2016 e recomenda o reforço do controle da legalidade como uma estratégia de prevenção da violência.

Documento 19	Árvores imaginárias, destruição real
Instituição	Greenpeace
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/madeira
Ano	2018
Link	https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateless/2018/03/Relatorio_ArvoresImagariasDestruicaoReal.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	O estudo discute ilegalidade na extração de madeira na Amazônia. Argumenta que é quase impossível distinguir entre madeira legal e ilegal; há falhas no licenciamento para os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS). Também indica que a falta de integração dos sistemas de custódia do Mato Grosso e Pará dificulta a luta contra a fraude. Entre os tipos de fraudes, salienta: a) identificação botânica incorreta, b) superdimensionamento e c) registro de árvores inexistentes. Explica ainda que a aquisição fraudulenta de créditos florestais permite o “esquentamento” da madeira (ou seja, a posterior lavagem da madeira ilegalmente registrada). O estudo recomenda maior empenho das autoridades licenciadoras na verificação física das áreas requeridas em inventários florestais, fim da impunidade administrativa; maior engajamento de atores em países compradores (empresas e governos) em vistorias para confirmar legalidade e aplicar sanções.

Documento 20	Crimes verdes e colarinho branco: a máfia da madeira na Amazônia ocidental, uma violação aos direitos humanos”
Instituição	Universidade Federal do Pará e Universidade Federal de Rondônia
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/madeira; crime organizado ambiental
Ano	2018
Link	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/37444/27084
Setor	Universidade
Mensagens centrais	O artigo foca no crime organizado ambiental de extração ilegal de madeira em reservas ambientais em Rondônia. Os achados são fruto de pesquisa de campo com policiais estaduais em Rondônia que atuaram na força-tarefa da região do Vale do Jamari. Os autores denominam a atuação de grupos criminosos de “máfia da madeira” no sentido de aliar crimes verdes (ambientais, considerados no ordenamento jurídico como de menor potencial ofensivo) e crime de colarinho branco (como organização criminosa e lavagem de dinheiro). O <i>nodus operandi</i> identificado na região é o corte de árvores em reservas ambientais, a falsificação de licenças florestais e a inserção de dados falsos nos sistemas de controle. A madeira é destinada para estados do Sudeste e Nordeste do país. As autoridades foram enfáticas em afirmar que a ação de organizações criminosas é predominante na região no que se refere à extração ilegal de madeira, e que não se trata de exploração econômica isolada e tampouco de extrativistas desorganizados. O artigo aponta ainda para violações de direitos humanos decorrentes destas atividades criminosas bem como para a injustiça social na aplicação da lei de crimes ambientais: os flagrantes de extração podem levar à pena de prisão, afetando trabalhadores de comunidades já empobrecidas, mas não o empresário flagrado recebendo madeira ilegal.

Documento 21	Máfias do Ipê: Violência e Desmatamento na Amazônia. Como a Violência e a Impunidade Impulsionam o Desmatamento na Amazônia Brasileira
Instituição	Human Rights Watch
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/madeira; povos tradicionais; defensores
Ano	2019
Link	https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/brazil0919pt_web.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	O estudo foca na violência gerada pelo desmatamento ilegal na Amazônia e sobretudo no conflito entre os defensores da floresta e redes criminosas envolvidas na exploração madeireira ilegal, chamadas no estudo de “máfias”, sobretudo no Pará e Maranhão. As máfias possuem grande capacidade organizativa, logística, bem como conhecimento de como driblar fiscalização e capacidade de coerção por meio da violência e intimidação (tal como milícias urbanas). Ademais, possuem poder econômico e influência na política local. O estudo examina 28 assassinatos, a maioria desde 2015, quatro tentativas de assassinato e mais de 40 casos de ameaças de morte cujos autores estavam envolvidos na extração ilegal de madeira e que as vítimas foram alvo porque se colocaram no caminho de suas atividades criminosas (agentes de fiscalização, povos indígenas e outros moradores da floresta). Os povos indígenas, em particular, tendem a ser os mais ativos no apoio aos esforços de fiscalização destinados a conter o desmatamento e outras atividades ilícitas e por isso viram alvo de violência. Aponta também para o fracasso na responsabilização e impunidade nestes casos de mortes e ameaças, sobretudo por dificuldades na fase de investigação, explicados por um misto de indiferença e conluio. Também identifica as deficiências dos programas de proteção de defensores e os desafios gerados pelo desmantelamento da fiscalização ambiental, no marco da agenda anti-ambiental de Jair Bolsonaro. O estudo recomenda, entre outras coisas, melhor coordenação entre polícias e órgãos de proteção estaduais e federais

Documento 22	Relatórios anuais da Rede Simex (Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira), constituída pelas seguintes organizações: Imazon, Imaflora, Idesam e ICV.
Instituição	Rede Sime: Imazon, Imaflora, Idesam e ICV
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/madeira
Ano	2020
Link	https://imazon.org.br/categorias/simex/
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Com base em tecnologia desenvolvida pelo Imazon em 2008 para avaliar Planos de Manejo Florestais e mapear áreas submetidas à exploração madeireira no Pará, a Rede Simex publica desde 2020 dados periódicos sobre legalidade na cadeia da madeira em toda a Amazônia. O último mapeamento foi publicado em 2022 e se refere ao período de agosto de 2020 a julho de 2021. Nele, a Rede identificou 142 mil hectares com exploração madeireira não permitida no período estudado, o que representa 38% do total. Destes, 21 mil hectares se encontravam em TIs. O estado de MT concentrou mais de 70% da extração irregular. No período anterior, entre agosto de 2019 a julho de 2020, a área de exploração madeireira na Amazônia chegou a 461.892 hectares, sendo mais da metade (50,7%) apenas em Mato Grosso. Parte desta exploração ocorreu em áreas protegidas (TIs e UCs). Dados do Simex podem ser vistos em https://imazon.org.br/categorias/simex/ . Informes feitos a partir do último relatório podem ser vistos em https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Simex-Amazonia-Agosto-2021-a-Julho-2021-PDF.pdf e https://imazon.org.br/imprensa/quase-40-da-extracao-de-madeira-na-amazonia-nao-e-autorizada-mostra-pesquisa-inedita/ .

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 23	Crime Ambiental na Bacia Amazônica: Uma Tipologia para Pesquisa, Política Pública e Ação
Instituição	Instituto Igarapé
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento; Pan Amazônia
Ano	2020
Link	https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/08/2020-08-19_E-47_Crime-Ambiental-Amazonia-Tipologia-PT.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	O estudo constrói uma tipologia de atividades ilegais ou com alguma dimensão de ilegalidade na Bacia Amazônica que impactam negativamente a Floresta e compõem o fenômeno maior chamado de criminalidade ambiental. Indica diferenças entre concepções e legislações entre diferentes países, salientando a falta de clareza quanto a algumas atividades ilegais ou com ilegalidades danosas, para além do desmatamento, tais como: a invasão e especulação de terras, desmatamento para agricultura e pecuária, mineração ilegal, tráfico de animais silvestres, caça e pesca ilegal, e construção de estradas e infraestrutura informais.

Documento 24	'The convergence of environmental crime with other serious crimes: Subtypes within the environmental crime continuum'
Instituição	Utrecht University
Temas abordados	Crime organizado; crime organizado ambiental
Ano	2020
Link	https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1477370820904585
Setor	Universidade
Mensagens centrais	O artigo analisa o nexo entre crime organizado e crime ambiental ao redor do planeta. A partir de uma análise quantitativa de mais de 100 casos de crimes ambientais transnacionais (ligados à extração ilegal de madeira e de minerais, tráfico de animais, pesca ilegal), o artigo mostra tipos distintos de vínculo entre organizações criminosas envolvidas com outros ilícitos (tráfico de drogas, armas e pessoas, bem como corrupção e lavagem de dinheiro) e a comercialização ilegal de produtos e recursos naturais. A lógica estruturante é a da diversificação das atividades econômicas por grupos já organizados que adentram o crime ambiental em busca de mais lucro. O artigo propõe uma tipologia de três associações entre crime organizado e ambiental: a) Crime Organizado Verde, b) Crime Oportunista Verde, c) Crime Camuflado Verde. No caso da primeira categoria, tem-se organizações antes ligadas a outros mercados diversificando fontes de lucro, adentrando o comércio ambiental ilícito, e dominando o comércio ilegal de bens e recursos naturais (ex. Clã do Golfo e ouro ilegal). No segundo caso, há uma diversificação parcial que coexiste com a manutenção das demais atividades ilícitas, por exemplo, via compartilhamento de rotas (ex. grupos no sudeste asiático combinando tráfico de pessoas e pesca ilegal). Já no terceiro caso, há um uso conveniente do crime ambiental para camuflar ou lavar ativos de outras economias ilegais, sobretudo a das drogas (ex. carteis de drogas mexicanos, máfias asiáticas e italianas). Em vários casos neste último grupo, a cadeia do ouro figurava como setor desta "diversificação".

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 25	“Criminalidade Organizada Em Crimes Ambientais: Marcos Normativos Internacionais e Possíveis Respostas.”
Instituição	Centro Universitário de Brasília
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento; crime ambiental organizado
Ano	2020
Link	https://www.researchgate.net/publication/341838818_Criminalidade_organizada_em_crimes_ambientais_marcos_normativos_internacionais_e_possiveis_respostas
Setor	Universidade
Mensagens centrais	O artigo discute criminalidade organizada ambiental sob a perspectiva do Direito Penal e do Direito Ambiental brasileiros. Caracteriza o crime organizado ambiental como aquele praticado por “estruturas organizadas, com divisões de tarefas e condutas reiteradas de lesividade ambiental”. Os principais argumentos do artigo são: 1) O fenômeno da criminalidade organizada, e seu nível de sofisticação são desafios ao Direito Penal, tanto à dogmática quanto ao aparato estatal de controle; 2) O ordenamento brasileiro permite e prevê responsabilização civil, administrativa e penal para crimes ambientais (tanto para pessoas físicas como jurídicas, mas não sem desafios de aplicação); 3) O Brasil também possui instrumentos legais para responder penalmente ao problema do crime organizado (Lei das Organizações Criminosas - 12.850/2013 e outros diplomas relativos à corrupção e lavagem de dinheiro); 4) Quando aplicada ao crime ambiental, a lei de organizações criminosas encontra desafios porque, salvo exceções, crimes ambientais dispostos na Lei de 9.605/98 não são considerados graves e suas penas são baixas; 5) A criminalidade ambiental tende a ser transnacional e isso a aproxima dos instrumentos do Direito Penal para organizações criminosas; 6) No entanto, tanto no plano internacional quanto doméstico os instrumentos para coibir o comércio ecológico ilícito são insatisfatórios. O aprimoramento dessa resposta passa não apenas por melhoria de tipos penais, mas sobretudo por arranjos institucionais de fiscalização e outras políticas públicas, incluindo a de educação ambiental.

Documento 26	Portal de notícias Amazônia Real
Instituição	Amazônia Real
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro; tráfico de drogas
Ano	2021
Link	https://amazoniareal.com.br/
Setor	Jornalismo independente
Mensagens centrais	Conjunto de matérias de jornalismo investigativo independente sobretudo desde 2021 que apontam para a crescente presença de facções prisionais, sobretudo o PCC, nas atividades de garimpo ilegal na Amazônia. A maioria das reportagens dizem respeito à TI Yanomami, em Roraima. Alguns exemplos são podem ser vistos em: https://amazoniareal.com.br/pcc-amplia-atuacao-na-terra-indigena-yanomami/ ; https://amazoniareal.com.br/garimpeiros-ligados-ao-pcc-atacam-aldeia-yanomami/ ; https://amazoniareal.com.br/duas-criancas-yanomami-aparecem-mortas/ ; https://amazoniareal.com.br/garimpeiros-atacam-aldeia-e-incendeiam-casa-de-lideranca-munduruku/ ; https://amazoniareal.com.br/guerra-ao-garimpo-ilegal/

Documento 27 Mineração ilegal de ouro na Amazônia: marcos jurídicos e questões controversas	
Instituição	Ministério Público Federal
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro
Ano	2021
Link	https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/roteiros-da-4a-ccr/ManualMineraoIlegaldoOuroNaAmazoniaVF.pdf
Setor	Poder público
Mensagens centrais	Trata-se de um manual para balizar a atuação do MPF na questão da mineração ilegal do ouro na Amazônia, feito durante a vigência da Força-Tarefa Amazônia. Alguns pontos de destaque são: 1) a mineração ilegal de ouro está presente em praticamente todos os estados da Amazônia Legal, normalmente camuflada sob o título de “garimpo”; 2) o “garimpo” já não é mais atividades artesanais, de baixo impacto, feita por um garimpeiro rudimentar e vulnerável. Pelo contrário: há uso de maquinário de alto valor (dragas, balsas, pás carregadeiras, escavadoras hidráulicas etc.) não portáteis ou simples e mão de obra assalariada. Neste sentido, o MPF sugere mudanças no regime de garimpagem/PLG para que se torne um pequeno empreendimento sujeito a mecanismos de prevenção de lavagem e elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e de Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA); 3) os órgãos reguladores estão falhando no dever de proteger e impedir a circulação/comercialização de ouro ilegalmente extraído da Amazônia. A começar pela ANM, sobretudo na etapa de produção. Já na fase de comercialização, o regime de “princípio da boa-fé” para a primeira compra de ouro por DTVMs também é falho, vulnerável a abusos, corrupção e fraudes, e precisa ser abandonado. 4) Arranjos nacionais para garantia da origem legal do ouro estão ausentes, mecanismos de fiscalização e controle não conversam e inexistem bases estruturadas e informatizadas para o cruzamento dos dados colhidos pela ANM, Bacen, Receita e órgãos ambientais. Segundo o manual, o maior gargalo, sem dúvida, está na inserção do ouro no mercado financeiro via DTVMs, notadamente quando não existe modelo adequado de garantia de sua origem (gestão de risco, compliance, certificação). 5) A mineração ilegal do ouro impacta negativamente na vida e direitos de povos indígenas e promove outros danos sociais, como a poluição por mercúrio e o tráfico de pessoas (exploração sexual e trabalho análogo à escravidão), bem como violência.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 28	Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal: Sumário Executivo
Instituição	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento; segurança jurídica; segurança alimentar; desenvolvimento socioeconômico
Ano	2021
Link	https://consorcioamazonialegal.portal.ap.gov.br/docs/Plano%20de%20Recuperacao%20Verde%20do%20Consorcio%20Amazonia%20Legal.pdf
Setor	Poder público
Mensagens centrais	Ainda que o foco deste documento seja a proposição de uma visão estratégica para o desenvolvimento socioeconômico regional compatível com a floresta em pé, há apontamentos importantes no documento que vinculam a questão do desenvolvimento com a questão da segurança na Amazônia Legal, tais como a caracterização dos baixos índices de desenvolvimento socioeconômico na região e o papel da degradação ambiental (sobretudo do desmatamento ilegal) na geração de violência. Propõe uma ação amazônica integrada (entre estados da região) para zerar o desmatamento ilegal até 2030, pautada em comando e controle, regulação e ordenamento fundiário e de cadeias produtivas, programas de restauração e incentivos à bioeconomia. Ao fazê-lo, vincula a questão da ilegalidade com questões de segurança jurídica para novos negócios sustentáveis e verdes (baseados em bioeconomia). Este novo paradigma é pensado também para promover segurança alimentar local, novamente sob a ótica da compatibilidade com a floresta em pé.

Documento 29	Governança fundiária frágil, fraude e corrupção: um terreno fértil para a grilagem de terras
Instituição	Transparência Internacional
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/grilagem
Ano	2021
Link	https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/grilagem-de-terras
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	A pesquisa buscou diagnosticar quais são as fragilidades da governança de terras que sustentam a grilagem, assim como quais são as práticas de fraude e corrupção usadas para indevidamente apropriação indevida de áreas públicas e privadas (como fraude e corrupção em sistemas cadastrais e registrares e fraude e corrupção em processos de regularização fundiária). O estudo analisou 11 operações do Ministério Público com órgãos policiais em oito estados, quase todas na Amazônia Legal. Por meio dessa metodologia, foram identificados 21 riscos de fraude e corrupção que viabilizam a grilagem de terras. Também discute a questão da violência associada à grilagem de terras (por meio de expulsão, extorsão ou intimidação de legítimos ocupantes de terras griladas) bem como da lavagem (de ativos e dinheiro). O estudo traz quatro conjuntos de recomendações para o combate da grilagem de terras públicas: 1) Fortalecer a governança fundiária, 2) Aprimorar a transparência e o controle social, 3) Reforçar controles e ações de fiscalização contra grilagem; 4) Mobilizar instrumentos anticorrupção e antilavagem, inclusive por meio de adaptações para coibir a “lavagem de imóveis” (dar uma aparência de licitude aos imóveis rurais de origem fraudulenta).

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 30	Guia para o enfrentamento de crimes ambientais: lições do combate à mineração ilegal de ouro na Amazônia
Instituição	Instituto Igarapé e Interpol
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro
Ano	2021
Link	https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2021/12/2021-12-08-Illegal-mining-guide-PT.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	O estudo, em formato de guia prático, discute as respostas e medidas adotadas por Brasil, Colômbia e Peru para combater a mineração ilegal de ouro de pequena escala na Bacia Amazônica. Compila uma lista de 12 medidas de prevenção, inteligência, investigação e aplicação da lei já implementadas nos três países e traz orientações práticas para autoridades. Entre as medidas estão a regulamentação da cadeia do ouro de pequena escala, o registro de maquinário e insumos (como mercúrio), o fortalecimento do marco legal de sanção a infratores, as práticas de repressão in loco (inclusive operações policiais, militares e destruição de maquinário), os programas específicos de combate à prática, o uso de inteligência, as medidas de rastreabilidade e certificação, o uso de tecnologia e a cooperação internacional e regional. Como dados de contexto, o estudo salienta a crescente participação de organizações e redes de crime organizado (sobretudo aquelas ligadas ao tráfico de drogas) na exploração ilegal de ouro na Amazônia, bem como o caráter transnacional das cadeias produtivas do ouro de pequena escala. Suas recomendações são: a) implementar reformas legais, políticas e institucionais; b) empregar novas tecnologias para apoiar a aplicação da lei; 3) fortalecer a cooperação internacional, sobretudo entre países da região.

Documento 31	A Tale of Gold and Blood: The Unintended Consequences of Market Regulation on Local Violence
Instituição	Climate Policy Initiative
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro
Ano	2021
Link	https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2021/12/WP005-A-Tale-of-Gold-and-Blood.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Trata-se de um estudo econométrico sobre a relação entre flexibilização de controle antilavagem e violência na mineração ilegal do ouro, feita em áreas protegidas (TIs e UCs) na Amazônia. Analisa os efeitos da Lei nº 12.844/2013 (que estabeleceu o “princípio da boa-fé” no ato da primeira compra de ouro de garimpo por parte de DTVMs e PCOs), argumentando que a legislação que alterou o dever dos PCOs/DTVMs de reportar potenciais riscos de origem ilegal (e, portanto, lavagem), estabeleceu um incentivo à ilegalidade e, consequentemente, à violência. No estudo, autores mostram que os municípios amazônicos mais expostos à mineração ilegal de ouro registraram maiores taxas de homicídios desde 2013 (oito a mais para cada 100.000 pessoas) se comparados ao demais municípios. Trata-se de uma diferença de 20%. Esta violência está diretamente ligada à flexibilização na regulação estatal e à maior competição entre garimpeiros ilegais por ouro (o que leva, entre outras coisas, à compra de armas por parte dos garimpeiros). Em termos de solução, o artigo sugere que a regulação e fiscalização local dos primeiros compradores na região aurífera é um caminho mais efetivo para o controle da ilegalidade na cadeia de ouro (bem como do desmatamento e da violência a ele correlatas) do que a transferência do comando e controle para autoridades federais (ambientais e policiais) e suas operações de fiscalização e repressão na floresta.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 32	Brasil exporta ouro ilegal
Instituição	Instituto Escolhas
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro
Ano	2021
Link	https://escolhas.org/wp-content/uploads/Brasil-Exporta-Ouro-Ilegal.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	<i>O policy brief</i> indica que o Brasil exportou, em 2020, 110,591 toneladas de ouro, das quais 17% (ou 19,123 toneladas) foram ilegais: sem registro de produção ou sem vínculo a algum título que autorizasse a extração. Dentre a produção contabilizada, 485 kg provenientes do Mato Grosso (273 kg) e do Pará (212 kg) não tinham um título para a extração do metal. Estados exportadores, como São Paulo e Minas Gerais, têm excedente de exportação (ou seja, estão exportando mais do que produzem) e possivelmente exportam ouro sem registro ou extraídos ilegalmente da região amazônica. Os principais compradores do ouro brasileiro hoje são o Canadá, a Suíça, a Polônia, o Reino Unido, os Emirados Árabes, a Itália e a Índia. No entanto, estes países não possuem exigências específicas de garantia da legalidade do ouro importado.

Documento 33	O ouro ilegal que mina florestas e vidas na Amazônia: uma visão geral da mineração irregular e seus impactos nas populações Indígenas
Instituição	Instituto Igarapé
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro; povos indígenas
Ano	2021
Link	https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2021/05/AE-53_O-ouro-ilegal.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Esse estudo sistematiza a questão da mineração ilegal na Amazônia, com foco em seu impacto em povos indígenas. Argumenta que há ao menos 321 minas ilegais, ativas e inativas, identificadas na Amazônia brasileira. A contribuição da mineração para as taxas de desmatamento em territórios indígenas aumentou de 4%, em 2017, para 23%, em 2020. Argumenta também que o regime de garimpagem é ultrapassado e passível de abusos e fraudes, levando à lavagem do ouro extraído ilegalmente de territórios protegidos na Amazônia. O estudo recomenda, entre outros, 1) que o Congresso rejeite o Projeto de Lei nº 191/2020, 2) que o Executivo Federal acelere o reconhecimento e as demarcações de TIs indígenas remanescentes; 3) que a ANM reveja e aprimore o regime regulatório de PLGs para incluir informações sobre depósitos minerários, por exemplo; 4) que o Bacen e a CVM aprimorem seu controle das DTVMs, 5) que a FUNAI reestabeleça as Bases de Proteção EtnoAmbiental em territórios ameaçados; 6) que o setor privado aprimore seus instrumentos de due diligence e controle de legalidade do ouro comercializado

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 34	Série de estudos de caso sobre crimes ambientais em outros países da Bacia Amazônica
Instituição	Instituto Igarapé
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento; Pan Amazônia
Ano	2021
Link	https://igarape.org.br
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Dentre os estudos da série, tem-se: InSight Crime e Instituto Igarapé. As raízes do crime ambiental na Amazônia colombiana. Bogotá, Rio de Janeiro: 2021; InSight Crime e Instituto Igarapé. Amazônia saqueada: as raízes do crime ambiental em cinco países amazônicos. Bogotá, Rio de Janeiro: 2022. InSight Crime e Instituto Igarapé. As raízes do crime ambiental na Amazônia peruana. Bogotá, Rio de Janeiro: 2022. Em seu conjunto, os estudos apontam para dinâmicas comuns entre o Brasil e seus vizinhos, mas também para dinâmicas transfronteiriças (incluindo a participação de atores brasileiros em atividades ilícitas em outros países e de atores regionais no crime ambiental que ocorre em território brasileiro), sobretudo no caso da extração do ouro e em áreas próximas a fronteiras.

Documento 35	Amazônia em Chamas: desmatamento e fogo nas terras indígenas
Instituição	IPAM
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento; povos indígenas e tradicionais
Ano	2021
Link	https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Amazo%CC%82nia-em-Chamas-6-TIs-na-Amazo%CC%82nia.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Nota técnica explora desmatamento e incêndios em terras indígenas na Amazônia. Pontua que TIs historicamente apresentam baixos níveis de perda de cobertura florestal e fogo, mas que a progressiva invasão por não-indígenas para atividades econômicas ilegais tem alterado esse panorama. Em 2020, apenas 3% das TIs concentram 70% do desmatamento e 50% do fogo (no caso do desmatamento, com destaque para Apyterewa, Trincheira Bacajá, Cachoeira Seca, Itauna/Itatá e Kayapó, na região do Xingu/Pará e, no caso do fogo, as ocorrências no Parque do Xingu, Kayapó, Apyterewa e Raposa Serra do Sol). A área registrada irregularmente como propriedade particular dentro das TIs aumentou 55% entre 2016 e 2020, chegando a 3,57 milhões de hectares, e o número de registros de CAR cresceu 75%. O percentual da derrubada em áreas com CAR atingiu um pico em 2019, sendo responsável por 41% de tudo o que foi derrubado em TIs. Os focos de calor em áreas griladas com CAR dentro das TIs aumentaram 105% entre 2016 e 2020, enquanto a média de aumento no restante das TIs sem sobreposição foi 3,2 vezes menor. Estes dados evidenciam o uso abusivo da ferramenta do CAR para justificar e viabilizar atividades ilegais em áreas de floresta e TIs. Por fim, a nota técnica mostra a influência da mineração ilegal nestas dinâmicas, apontando que um desmatamento foi 2,6 vezes e o fogo 2,2 vezes maior no raio de influência de garimpos ilegais (contabilizado aqui em 5 km) do que nas áreas fora desse raio. O destaque novamente vai para o Pará (TIs Kayapó, Baú, Munduruku, Apyterewa e Trincheira Bacajá). O documento sugere como recomendações: 1) suspensão e anulação de todos os CAR em TIs, 2) respeito à Convenção 169 da OIT sobre consulta livre, 3) desintrusão de invasores, a começar por garimpeiros, 4) criação de zona de amortecimento de 10km entre TIs e empreendimentos econômicos; 5) fortalecimento técnico e financeiro do Ibama e PF; 6) apoio para as brigadas indígenas de fogo.

Documento 36		Ilegalidade e Violência na Amazônia
Instituição		Centro de Empreendedorismo da Amazônia
Temas abordados		Ilegalidade e desmatamento; violência; crime organizado
Ano		2021
Link		https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Soares-Pereira-Pucci-Relatório-AMZ-2030-26.pdf
Setor		Sociedade civil
Mensagens centrais		O estudo analisa a relação entre eventos violentos ou homicídios e atividades ilegais relacionadas a crimes ambientais (a ocupação irregular de terras e a exploração ilegal de madeira e de ouro) na Amazônia entre 1999 e 2019. A trajetória histórica mostra a Amazônia com baixas taxas de homicídio nos anos 1990, se comparada ao resto do Brasil, alcançando a média nacional em 2007 e ultrapassando-a desde então. As explicações incluem rápida urbanização, processos de interiorização da violência, o aumento da criminalidade ambiental e a centralidade da região para as novas rotas do tráfico internacional de narcóticos. O estudo discute de que forma as mudanças na regulação desses três mercados, e nos mecanismos de monitoramento e punição à disposição do Estado, afetaram os incentivos à ilegalidade e, consequentemente, a incidência de violência na região. As variáveis de regulação utilizadas no estudo foram: definição de direitos de propriedade, capacidade e incentivos de monitoramento (tanto público quanto privado) e capacidade (institucional e política) de enforcement. Em termos quantitativos, o estudo mostra um “excesso de violência” nos municípios amazônicos pequenos—com menos de 100 mil habitantes—, com um total de 12160 mortes por homicídio no período. Também identificou que um número relativamente pequeno de municípios sob maior risco de atividades ilegais associadas à grilagem e extração ilegal de madeira e ouro é responsável, em média, por 70% desse “excesso de violência”. Para avaliar risco de ilegalidade, o estudo adota as seguintes medidas: (i) sobreposições entre Cadastros Ambientais Rurais (CARs) e áreas de florestas públicas não-destinadas; (ii) localizações históricas de zonas madeireiras; e (iii) presença de depósitos de ouro que não podem ser explorados legalmente. Ainda que o aumento de violência tenha sido observado tanto em municípios grandes quanto pequenos, foi mais acelerado nos municípios pequenos. O estudo também aponta para a contribuição das novas dinâmicas do narcotráfico (e a nova rota amazônica) nas dinâmicas de violência local, com municípios situados nas rotas hidroviárias e rodoviárias usadas pelo tráfico registrando aumentos excepcionais de violência. Alguns achados adicionais do estudo incluem: 1) a evolução da violência não tem sido homogênea entre os estados amazônicos; 2) o estado do Pará (e de seus municípios pequenos no sudoeste do estado, como Altamira, Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso) tem um papel crescente no total de homicídios. Um outro estado que apresenta câmbio de trajetória é o estado de Roraima; 3) as diferentes atividades ilegais contribuíram para a violência em períodos diferentes. Nos anos 2000, houve um crescimento significativo da violência nas zonas madeireiras, enquanto que no período mais recente há aumento expressivo na violência associada ao garimpo ilegal de ouro, ao passo que os níveis de violência associada à extração de madeira e à grilagem apresentam, respectivamente, queda e relativa estabilidade; 4) a partir de 2010, as regiões associadas à exploração ilegal de recursos naturais deixaram de ser excepcionalmente violentas dentro do contexto amazônico, dada a generalização da violência decorrente das dinâmicas do tráfico e a crescente presença de facções criminais.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 37		Dicotomia da impunidade do desmatamento ilegal
Instituição	CSR - UFMG	
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento	
Ano	2021	
Link	https://csr.ufmg.br/csr/wp-content/uploads/2021/06/Rajao_Schmitt-et-al_Julgamentos-IBAMA_final.pdf	
Setor	Universidade	
Mensagens centrais	O <i>policy brief</i> indica que o Brasil logrou diminuir, entre 2004 e 2012, suas taxas de desmatamento, mediante políticas públicas como a criação de novas áreas protegidas, a modernização do IBAMA (contratação de servidores, aumento dos valores das multas, novas tipificações penais, instruções para destruição de maquinário e processo de julgamento), a elaboração do PPCDAm e um aumento na fiscalização ambiental. No entanto, desde 2012 há uma retomada gradual do desmatamento na Amazônia, culminando em um salto abrupto nas taxas anuais em 2019 e 2020, decorrente de um desmonte legislativo (começando pelo Código Florestal, um enfraquecimento dos órgãos de fiscalização orçamentária e política e mudanças no rito de responsabilização administrativa, como a criação da conciliação ambiental). A consequência foi uma redução vertiginosa dos autos lavrados por infração contra a flora nos anos de 2019 e 2020, cujos quantitativos são os menores já registrados nos últimos 21 anos. No mesmo período, foram concluídas somente 252 audiências de conciliação, menos de 2% dos autos de infração do período. A quantidade de decisões em 2020 para processos de infração contra a flora reduziu, bem como o número de multas pagas e, pela primeira vez na série histórica, o número de desembargos foi superior ao de embargos. O número de servidores do Ibama também segue em queda. Todos estes dados mostram que o desmonte dos órgãos ambientais federais é profundo, gerando impunidade e, conseqüentemente, contribuindo para a degradação ambiental da Amazônia	

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 38	Legalidade da Produção do Ouro no Brasil
Instituição	CSR - UFMG
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro
Ano	2021
Link	http://www.lagesa.org/wp-content/uploads/documents/Manzoli_Rajao_21_Ilegalidade%20cadeia%20do%20Ouro.pdf
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Estudo fruto de parceria entre o Ministério Público Federal e a Universidade Federal da Minas Gerais que analisa o descontrole da produção nacional de ouro, principalmente na Amazônia. Examina a produção e comercialização de ouro no Brasil entre 2019 a 2020 e estima que, das 174 toneladas de ouro comercializadas, 69% originaram-se de concessões de lavras e 28% de permissões de lavras garimpeiras (PLGs), 49 t provieram de áreas com evidências de irregularidades: 13% de áreas de lavra sem evidência de exploração (portanto, provavelmente originário em áreas ilegais), e 87% de áreas exploradas para além das autorizações de lavra. Foram identificados como irregulares (ilegais ou potencialmente ilegais) 28% da produção aurífera em 2019 e 2020, totalizando 48,9 toneladas. No período analisado, os principais estados que apresentaram irregularidades na exploração de ouro foram Pará e Mato Grosso, ambos localizados na Amazônia Legal Brasileira, com 17,7 e 14,2 t irregulares, respectivamente. Evidencia ainda o crescimento e prevalência de extração de ouro com indícios de irregularidades dentro de unidades de conservação na Amazônia. O estudo aponta ademais para a extrema concentração das ilegalidades. PLGs pertencentes a seis indivíduos e associações concentraram 61% do ouro produzido em garimpos com evidências de ilegalidade, e 71% deste ouro foi comprado por apenas três Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs). O estudo estima ainda que o ouro ilegal explorado entre 2019 e 2020 causou um prejuízo socioambiental no valor médio de R\$ 31,4 bilhões.

Documento 39	“Narcogarimpo” desafia o governo no território Yanomani
Instituição	Sumaúma
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro; tráfico de drogas
Ano	2022
Link	https://sumauma.com/narcogarimpo-desafia-o-governo-no-territorio-yanomami/
Setor	Jornalismo independente
Mensagens centrais	Conjunto de matérias de jornalismo investigativo independente que apontam para a crescente presença de facções prisionais, sobretudo o PCC, nas atividades de garimpo ilegal na Amazônia. A maioria das reportagens dizem respeito à TI Yanomami, em Roraima.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 40	O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta.
Instituição	Instituto Igarapé
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento
Ano	2022
Link	https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/02/AE-54-O-ecossistema-do-crime-ambiental-na-Amazonia.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Estudo com base em 369 Operações da Polícia Federal de combate a crimes ambientais na Amazônia Legal, entre 2016 e 2021, mostra os contornos do crime organizado ambiental na Amazônia brasileira, por meio de um entrelaçamento de crimes ambientais e não-ambientais conexos. Aponta a proeminência de ações policiais de combate à mineração ilegal do ouro e à extração de madeira no período analisado, bem como a preponderância de ações nos estados do Pará e Rondônia. As operações também ilustram a interação entre desmatamento ilegal e outras economias ilícitas (grilagem, extração de madeira, agropecuária com passivo ambiental, mineração ilegal do ouro) nos territórios, dado que mais de 60% das operações focavam simultaneamente mais de uma economia ilícita ou contaminada com ilicitudes. No que tange a crimes conexos, o estudo aponta a prevalência de investigações sobre o uso sistemático de fraude, bem como a maciça presença de atos de corrupção e lavagem de dinheiro (presentes em cerca de 20% das operações). A atuação da Polícia Federal no período aponta, ademais, para o crescimento da violência ligada ao crime ambiental na Amazônia. Crimes violentos contra a pessoa, trabalho escravo, crimes de tráfico, ou então posse de armas, munições e explosivos estiveram presentes em 29% do total de operações no período, e sua frequência apresentou uma curva ascendente. Os dados apresentados visibilizam os desafios de governança, coordenação estratégica e de inteligência, além de capacidade de dissuasão e responsabilização criminal de atores envolvidos com os ilícitos ambientais e não-ambientais na região.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 41	Territórios e Caminhos. Do Crime Ambiental Na Amazônia Brasileira: Da Floresta Às Demais Cidades Do País
Instituição	Instituto Igarapé
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento
Ano	2022
Link	https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/07/2022-07-AE-territorios-e-caminho-do-crime-ambiental-amazonia-brasileira.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Estudo aborda a dimensão espacial do ecossistema do crime ambiental na Amazônia, por meio da análise de operações da Polícia Federal entre 2016 e 2021, focando nos territórios investigados por essas operações, localizados em cidades da Amazônia Legal, outras localidades no território nacional e no exterior. O estudo descreve a extensão e capilaridade do ecossistema. Do total das 302 operações realizadas no período, 56 (19%) tiveram ramificações fora da Amazônia Legal, em 24 dos 27 estados da federação (com destaque para São Paulo e Paraná para os quais são encontrados ramificações relacionadas a crimes de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro cometidos na etapa de financiamento ou comercialização de produtos amazônicos). O estudo aponta também para a ameaça aos territórios protegidos na Amazônia (sobretudo Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente). A violência esteve presente em 19 TIs no período. Os achados do estudo reforçam a necessidade de uma mirada integrada no seio do poder público (aliando fiscalização ambiental, responsabilização penal e inteligência financeira) e entre poder público e mercados privados

Documento 42	Raio X do ouro: Mais de 200 toneladas podem ser ilegais
Instituição	Instituto Escolhas
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro
Ano	2022
Link	https://escolhas.org/wp-content/uploads/Ouro-200-toneladas.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Entre 2015 e 2020, o Brasil comercializou 229 toneladas de ouro com indícios de ilegalidade. Mais da metade veio da Amazônia (54%), principalmente do Mato Grosso (26%) e do Pará (24%). Os casos envolvendo áreas protegidas incluem a TI Sararé (MT), a TI Kayabi (MT/PA) e os Parques Nacionais da Amazônia (PA), Mapinguari (AM/RO), do Acari (AM) e Montanhas do Tumucumaque (AP/PA). O estudo faz uma tipologia de ilegalidades com cinco tipos de situação: (i) de títulos de extração que avançam sobre Terras Indígenas (TI) ou Unidades de Conservação (UC); (ii) de “títulos fantasmas”, onde não há indícios de extração ocorrendo, mostrando que podem estar sendo usados para a “lavagem de ouro”; (iii) de títulos onde há indícios de que a extração ocorre para além dos limites geográficos autorizados; (iv) sem a informação sobre os títulos de origem, que é obrigatória e, na sua ausência, torna a origem do ouro duvidosa; (v) quando o ouro é exportado sem os registros correspondentes nos dados da produção oficial. O estudo aponta concentração de empresas envolvidas na comercialização de ouro com indícios de ilegalidade, sobretudo quatro DTVMs: a F.D’Gold, a OM (Ourominas), a Parmetal e a Carol. Um terço do total, ou 79 t, com supostas ilegalidades, foi movimentado por estas DTVMs. Isso significa que 87% de suas operações são duvidosas. Para além de comprarem ouro, estas DTVMs (e seus sócios) estão ligadas a outras partes da cadeia do ouro (como holdings, exportadoras, cooperativas minerárias, transportadoras, refinadoras), mostrando um alto nível de comprometimento e captura da cadeia do ouro de garimpo na Amazônia e os desafios de responsabilização. O estudo recomenda implementação de mecanismos de rastreabilidade no país, tal como o proposto pelo PL 836/2021, extinção do regime de lavra garimpeira, fim do “princípio-de-bom-fé”, qualificação por parte de países importadores de ouro do Brasil como área de conflito e alto risco.

Documento 43	Ouro acima da lei: áreas protegidas da Amazônia em perigo
Instituição	Instituto Escolhas
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro; tráfico de drogas
Ano	2022
Link	https://escolhas.org/wp-content/uploads/2022/12/Sumario-Ouro-acima-da-lei.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Os principais achados deste estudo são: 1) entre 2018 e 2021, 104,5 toneladas de ouro foram comercializadas na Amazônia, mais da metade (52%) com indícios de irregularidade (no entorno de áreas protegidas, a partir de “títulos fantasmas”, a partir de títulos com extração além dos limites geográficos autorizados, com outros indícios de ilegalidade); 2) a comercialização de ouro com indícios de ilegalidade ocorreu, principalmente, no entorno das Tis Areões (MT), Xikrin do Rio Catete (PA), Kayapó (PA) e Kayabi (PA/MT) e das Ucs Parque Nacional do Jamanxim (PA), Parque Nacional Mapinguari (AM/RO), Parque Estadual Serra Santa Bárbara (MT) e Parque Nacional da Amazônia (PA/AM); 3) a TI Yanomami tem 1.557 hectares cobertos por garimpos ilegais, mas dados oficiais não registram nenhuma operação de venda de ouro em Roraima, evidenciando que o ouro roubado da TI é contrabandeado para entrar no mercado formal por outras localidades; 4) apesar da atividade mineral não ser permitida dentro de TIs e UCs, já existem 1.304 processos para ouro formalmente registrados junto à ANM dentro dessas áreas na Amazônia.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 44	Amazon Carbon Emissions Double Mainly by Dismantled in Law Enforcement
Instituição	Research Square
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento
Ano	2022
Link	https://europepmc.org/article/ppr/ppr547499
Setor	Universidade
Mensagens centrais	A pesquisa indica uma correlação entre o maior aumento da emissão de carbono na Amazônia entre 2019 e 2020 (decorrente de maiores taxas de desmatamento) e a fragilização do aparato do estado brasileiro de fiscalização ambiental e consequente queda no cumprimento da lei. No quesito ambiental, comparando os dados de 2010-14 e 2016-20, houve acréscimo de 50% nas emissões de carbono, 31% de queda na absorção de carbono e 16% de aumento de emissões por fogo, com aceleração nos anos de 2019 e 2020. Em paralelo, o período apresentou piora nos indicadores de governança ambiental e fragilização de instrumentos, observados na redução nos autos de infração (de 30% e 54% para os anos de 2019 e 2020, respectivamente, e no pagamento de multas, de 74% para 89% entre 2019 e 2020.

Documento 45	Criminalidade organizada na exploração da madeira no Brasil: Um modus operandi voltado à ilicitude de índole transnacional
Instituição	Revista Judicial Brasileira
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/madeira; crime organizado ambiental
Ano	2022
Link	https://revistadaenfam.emnuvens.com.br/renfam/article/view/192/60
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Foco na indústria madeireira e no caráter empresarial da exploração ilícita. São abordados os vários crimes perpetrados pelo crime organizado “madeireiro”, tais como: delitos ambientais, organização criminosa, corrupção e lavagem de dinheiro. O artigo salienta o papel das redes transnacionais nesta indústria e o papel da cooperação internacional, dada a transnacionalidade do fenômeno. Discute ainda ações de combate no marco da estratégia de combate à lavagem de dinheiro, ENCCLA. Afirma que a questão da lavagem dos recursos financeiros oriundos dessa espécie de ilícito é um tema que, até o momento, não mereceu grande atenção das autoridades. Afirma, por fim, que tanto lavagem quanto cooperação internacional contribuem para o necessário “aprimoramento e criação de novas ferramentas capazes de majorar a eficiência ao combate à criminalidade organizada ambiental”

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 46	Raio X do ouro: Mais de 200 toneladas podem ser ilegais.
Instituição	Instituto Escolhas
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro
Ano	2022
Link	https://escolhas.org/wp-content/uploads/Ouro-200-toneladas.pdf
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Artigo que descreve a região Amazônica como um espaço geográfico de conectividade, um espaço, portanto, com vantagens e privilégios para funcionar como “região-trânsito”. Estas características permitem que a Amazônia exerça papel central nas rotas internacionais de tráfico, cumprindo múltiplas funções (recepção da cocaína vinda dos países andinos, processamento e rota para o mercado consumidor brasileiro e para o mercado europeu - produção, distribuição e comercialização de cocaína). O artigo descreve as principais rotas que conectam os países produtores à Amazônia Legal (Bolívia - Mato Grosso e Pará; Colômbia - Amazonas e Roraima; Peru - Amazonas, Rondônia e Acre), salientando a centralidade das regiões de fronteira (com destaque para Letícia-Tabatinga). A caracterização das rotas salienta a importância do transporte fluvial e as pistas clandestinas (muitas delas em fazendas em terras griladas), bem como a participação de populações locais, sobretudo ribeirinhas, como “mulas”. qualifica a resposta do Estado como “precária” (em oposição à noção de “estado ausente”). Por fim, qualifica as ações governamentais de fronteira (do Projeto Calha Norte ao SIPAM) como insuficientes até o momento para lidar com a questão e aponta para a necessidade de reformas e de novas estratégias (tanto em nível nacional como transnacional) de combate ao crime organizado e ao narcotráfico na região.

Documento 47	Violence and Illegal Deforestation: The Crimes of “Environmental Militias in the Amazon Forest”
Instituição	Capitalism Nature Socialism
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento; violência; desenvolvimento econômico
Ano	2022
Link	https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10455752.2021.1980817
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Define o conceito de milícia ambiental atuando nos espaços rurais e urbanos da Amazônia, por meio do uso da violência e intimidação, bem como por meio de alianças com setores formais da economia e com a classe política. O artigo vincula a expansão destes grupos na Amazônia, por um lado, a dinâmicas históricas e contemporâneas de corrupção e de desenvolvimento extrativo e violência contra povos da Floresta e, por outro, a processos de desregulação, desinstitucionalização e dismantelamento da legislação ambiental (desde o Código Florestal em 2012, sobretudo a partir do Governo Temer em 2016, acentuando-se ainda mais sob Bolsonaro, a partir de 2019, por meio de mudanças infralegais e de uma retórica anti-ambiental, anti-indigenista e anti-ciência). O artigo afirma que a questão da Amazônia exige uma abordagem cosmopolita para além da retórica irresponsável soberanista de Bolsonaro, mas alerta para as tensões e contradições do discurso capitalista verde, inclusive aquele que promove a bioeconomia.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 48	Operações de combate ao crime ambiental na Amazônia: dos desafios às boas práticas.
Instituição	Plataforma Cipó
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento
Ano	2023
Link	https://plataformacipo.org/wp-content/uploads/2023/02/Relatorio-Estrategico_Operacoes-de-combate-ao-crime-ambiental-na-Amazonia-Dos-desafios-as-boas-praticas-Plataforma-CIPO.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Estudo que analisa algumas investigações emblemáticas sobre crimes ambientais na Amazônia brasileira, a saber: Operação Arquimedes, Madeira Limpa e Dilema de Midas, visando combater a extração ilegal de madeira e a mineração ilegal. O foco é compreender e analisar desafios e boas práticas. A taxa de condenação de indivíduos que financiam e/ou se beneficiam de crimes ambientais é baixa. O estudo recomenda a criação de novas varas especializadas, o uso de novas tecnologias, o foco em investigações financeiras, o incremento da cooperação internacional e o diálogo com a sociedade civil.

Documento 49	Terra Rasgada: como avança o garimpo na Amazônia Brasileira
Instituição	Aliança em Defesa do Território
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro; povos indígenas
Ano	2023
Link	https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/o3d00050.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	O dossiê, lançado pela Aliança em Defesa dos Territórios, articulação política dos povos Yanomami, Munduruku e Kayapó, explica os mecanismos que promovem o avanço do garimpo ilegal em terras indígenas, aponta as fragilidades institucionais da cadeia do ouro e lista uma série de medidas para combater essa atividade ilegal. A publicação dá bastante ênfase aos “crimes conexos” ao garimpo (administrativos, violentos, organizados, financeiros e tributários), fazendo uso da tipologia desenvolvida pelo Instituto Igarapé. A publicação inclui uma seção dedicada à expansão do narcotráfico nos garimpos ilegais em terras indígenas, argumentando que, embora não seja novidade para especialistas no assunto, a interseção entre garimpo e tráfico de drogas ganhou maior atenção no debate público com a escalada dos conflitos promovidos por facções do crime organizado na TI Yanomami, sobretudo desde 2021.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 50		Siga o dinheiro: conectando sistemas de proteção contra a lavagem de dinheiro para combater a prática de crime ambiental na Amazônia
Instituição	Instituto Igarapé	
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento; crime organizado; cooperação internacional e regional; lavagem de dinheiro	
Ano	2023	
Link	https://igarape.org.br/siga-o-dinheiro/	
Setor	Sociedade civil	
Mensagens centrais	O argumento do artigo é que o combate aos fluxos financeiros ilícitos é um dos maiores desafios do processo de dismantelamento das economias ilegais, inclusive as que ocorrem na Amazônia. O crime ambiental já é, desde 2018, a terceira maior economia criminal do mundo. Ademais, há um círculo vicioso no qual os fluxos ilícitos que alimentam o crime ambiental também sustentam outras atividades criminosas, como o tráfico de drogas e de armas, o tráfico de pessoas para trabalho forçado e o financiamento de conflitos armados. Tradicionalmente, marcos e ações nacionais e internacionais antilavagem são usadas no combate ao tráfico de drogas. Afora a mineração ilegal de ouro, pouca atenção foi dada à lavagem de dinheiro relacionada a outros crimes ambientais. No entanto, há um crescente reconhecimento do nexo entre lavagem e exploração ilegal de recursos, inclusive na Amazônia, e um interesse em incluir este instrumento na luta contra o fenômeno. Para isso, é preciso recalibrar estratégias usadas contra a lavagem de dinheiro, emitindo avaliações de risco setoriais que priorizem os crimes ambientais e os definam como crimes antecedentes. Este aprimoramento deve se dar em três níveis: 1) no arcabouço global de luta contra lavagem (como GAFI, INTERPOL, UNODC), 2) nos arcabouços regionais (como GAFILAT), e 3) na cooperação regional entre países amazônicos.	

Documento 51	O ecossistema do crime ambiental nas regiões de tríplice fronteira da Amazônia
Instituição	Insight Crime e Instituto Igarapé
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento; fronteiras; crime organizado
Ano	2023
Link	No prelo
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Tal como a Bacia Amazônica se estende para além das fronteiras políticas entre nações, o ecossistema do crime ambiental também não respeita esses limites político-administrativos. Pelo contrário, regiões de fronteiras possuem dinâmicas específicas de crime ambiental organizado. Este estudo foca em duas regiões amazônicas de tríplice fronteira (Brasil-Peru-Colômbia e Brasil-Colômbia- Venezuela) que se destacam pela confluência entre crime ambiental organizado, tráfico internacional de drogas e violência, sobretudo contra povos tradicionais. Por serem áreas remotas de difícil acesso, as regiões de tríplice fronteira têm taxas mais baixas de desmatamento extenso do que outras regiões da Amazônia, mas apresentam distintas manifestações do ecossistema do crime ambiental, sobretudo ao redor das atividades de mineração ilegal e extração ilegal de madeira. O custo socioambiental destas atividades tem sido altíssimo, sobretudo para populações indígenas (como os Yanomamis no Brasil, ou o Matsés no Peru). No caso do ouro é crescente a presença de grupos armados - tais como os distintos grupos de dissidentes das antigas FARC (como a Frente Acácio Medina), o ELN, o grupo Comandos da Fronteira, e o PCC - na exploração do ouro na Colômbia, Brasil e Venezuela. Alguns deles, como a Frente Acácio Medina, já atuam circulando entre Colômbia e Venezuela. Outros aspectos da cadeia mostram que o financiamento da atividade, assim como o modus operandi das cadeias ilegais, também é transnacional, com uma verdadeira “integração produtiva” entre Brasil e Colômbia. Garimpeiros e dragas brasileiras já são vistos operando do lado colombiano da fronteira, ao mesmo tempo em que o ouro de aluvião extraído do território colombiano é transportado ao Brasil para ser “esquentado” e comercializado, dadas as fragilidades do sistema de comercialização de ouro de garimpo no Brasil. As regiões de fronteiras na Amazônia são centrais no tráfico internacional de drogas da região, seja no cultivo e processamento da coca (sobretudo no Peru), seja como corredor para a comercialização da cocaína (na tríplice fronteira Colômbia-Brasil -Venezuela), lembrando que o Brasil é um dos mais importantes pontos de exportação da cocaína produzida na América do Sul para o resto do mundo. A consolidação da rota amazônica do tráfico de drogas tem fortalecido organizações criminosas na região (como o Clan Chuquizuta do Peru e Os Crias ou a Família do Norte do Brasil). Para além da violência urbana atrelada ao narcotráfico, o fortalecimento destes grupos e suas alianças com outros grupos maiores (como o PCC e os dissidentes das FARC) pode significar sua expansão para o crime ambiental e, portanto, mais pressão em áreas de floresta. Há inúmeros desafios, mas também oportunidades no enfrentamento regional a crimes ambientais. Há importantes avanços políticos e regulatórios na Colômbia, desde 2022, e no Brasil, desde 2023, com uma janela de oportunidade inédita de diálogo com a Venezuela, dado a maior abertura dos atuais mandatários do Brasil e Colômbia em relação ao vizinho. Já o Peru encontra-se em uma situação delicada de instabilidade política que traz inúmeros desafios à ação conjunta em curto-prazo. Para além dos contextos regionais e do compromisso com a pauta ambiental por parte de cada governante, a cooperação regional bilateral (operacional, policial e judicial) e multilateral ainda é insuficiente. Por exemplo, até agora, o combate aos crimes ambientais não figura entre as prioridades da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Outros acordos internacionais, como a Convenção de Minamata sobre mercúrio tóxico e o Acordo de Escazú sobre informação, participação e proteção dos defensores do meio ambiente, não foram ratificados por todos os países da região. No caso da cooperação operacional, embora haja avanços nos esforços conjuntos militares em áreas de fronteira, é preciso dedicar maior atenção à cooperação civil (policial e judicial), incluindo na investigação e sanção os delitos financeiros conexos, como o financiamento e a lavagem de dinheiro oriunda do crime ambiental.

Documento 52	Agenda de pesquisa sobre narcogarimpo de Rodrigo Chagas (UFRR)
Instituição	Não foram encontrados artigos acadêmicos, mas há farto material de disseminação do trabalho do pesquisador sobre narcogarimpo na Amazônia.
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento/ouro; tráfico de drogas
Ano	2023
Link	https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/629160-do-garimpo-ao-narcogarimpo-uma-complexa-teia-de-marginalizacao-que-se-converte-em-mais-criminalidade-entrevista-especial-com-rodrigo-chagas
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Atualmente pesquisa o mercado ilegal em Roraima, com ênfase no complexo do narcotráfico na tríplice fronteira (Brasil-Venezuela-Guiana). As principais conclusões da pesquisa mostram: 1) o tráfico de drogas em regiões de garimpo não é um fenômeno novo, mas ganhou novos contornos com a expansão do controle do narcotráfico na região por grupos como o PCC e o CV; 2) o fenômeno do narcogarimpo na Amazônia Legal diz respeito às afinidades eletivas entre as atividades do narcotráfico e do garimpo e as novas dinâmicas econômicas e sociais que esta afinidade gera; 3) a rede de atores no garimpo envolve de empresários a trabalhadores bastante vulneráveis socioeconomicamente (alguns são cooptados, outros são migrantes de outros estados em busca de sustento, ou então jovens de periferia de grandes cidades amazônicas), trabalhadores de apoio e logística (alguns bastante vulneráveis, como cozinheiros, e outros nem tanto, como os pilotos) e a elite política local e nacional que sustenta e promove essa atividade; 4) a circulação de garimpeiros entre estados da Amazônia Legal e países vizinhos (Venezuela, Guiana Francesa e Suriname); 5) a intrínseca relação do garimpo com a violência armada, onde o manejo de armas para caça e proteção é comum; 6) sobre crime organizado na Amazônia: predomina o CV, em parceria com grupos locais. Já o PCC possui hegemonia apenas em Roraima, Em Roraima e em outras áreas de fronteira há a atuação de grupos venezuelanos. Há indícios de que o PCC também atue na Venezuela e Guiana. 7) crise na TI Yanomami revela que a) já há presença de organizações e indivíduos ligados a facções e ao narcotráfico no garimpo ilegal da região, b) a repressão pelo governo federal em 2023 fez com que alguns se espalhassem para outros garimpos dentro ou fora do país, mas que outros estejam aguardando para retornar ou até mesmo queiram resistir (inclusive com apoio do crime organizado armado). Isso faz com que cresça o potencial de conflito e violência na TI.

Narcotráfico

Documento 53	Portal de notícias Amazônia Real
Instituição	Amazônia Real
Temas abordados	Tráfico de drogas; crime organizado; fronteiras
Ano	2017
Link	https://amazoniareal.com.br/massacres-em-presidios-estao-associados-violencia-institucionalizada/
Setor	Jornalismo independente
Mensagens centrais	Conjunto de matérias de jornalismo investigativo independente, publicadas durante o ano de 2017, que apontam para a crescente presença de facções prisionais, sobretudo o PCC, no sistema penitenciário na Amazônia Legal e sua participação em rebeliões e outros episódios de violência dentro e fora de presídios. Alguns exemplos podem ser vistos em: https://amazoniareal.com.br/massacres-em-presidios-estao-associados-violencia-institucionalizada/ ; https://amazoniareal.com.br/o-crime-organizado-na-amazonia/ .

Documento 54	A geografia do narcotráfico na Amazônia
Instituição	UFPA e UEPA
Temas abordados	Tráfico de drogas; crime organizado; fronteiras
Ano	2017
Link	https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31774/22921
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Discute a geografia do narcotráfico na Amazônia brasileira afirmando, primeiro, que a Amazônia, enquanto região, cumpre um duplo papel, pois atende as demandas externas e internas do comércio de cocaína. Segundo, que a conectividade existente entre organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e a Família Do Norte (FDN), e os cartéis colombianos ocorre por meio de uma “espécie de empresa multinacional do tráfico de drogas”. Terceiro, que a Amazônia funciona como “região-trânsito”, para a circulação da droga para o mercado consumidor brasileiro no Sul e Sudeste, para a Europa e para a África (via Guiana e Suriname). Afirma que as estratégias de defesa do governo brasileiro (Calha Norte, SIVAM//SIPAM, atenção às cidades gêmeas da Faixa de Fronteira), falharam em garantir o fim dos conflitos e da circulação de drogas na região. A droga segue circulando por rios e com apoio das populações locais (que atuam como atravessadores), dada a falta de alternativas e o apelo do enriquecimento rápido pelo crime. Circula também por rodovias e pistas clandestinas. São muitas as cidades amazônicas conectadas a estas redes do tráfico no Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre. Por fim, o artigo argumenta em favor do uso do qualificativo “atuação precária” do Estado em vez de de “ausência do estado”. É esta precariedade que deixa a região vulnerável à ameaças do narcotráfico, que depois são combatidas por meio de medidas do tipo “estado de exceção”, em nome da segurança e da defesa.

Documento 55	“No Norte, tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas
Instituição	UFC
Temas abordados	Segurança pública; crime organizado; facções prisionais
Ano	2019
Link	https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/486/pdf_34
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Artigo de cunho sociológico baseado em pesquisas qualitativas feitas no Estado do Amazonas, em regiões de fronteira, cidades e dentro do sistema prisional que foca atuação (“maneiras de fazer” nas palavras dos autores) da facção Família do Norte (FDN), como foco no “fazer” o crime, bem como nos laços sociais (e de pertencimento, comunidade e conduta/moralidade - como exemplificado na noção de “Família”) criados entre membros da facção na região Norte (e cada vez mais também Nordeste). Os autores argumentam que desde o início dos anos 2010 e sobretudo a partir de 2014 a FDN cresceu e criou hegemonia sobre grupos menores, espelhando-se no modelo de facção do PCC e CV, ao mesmo tempo que resistia a grupos “exógenos/de fora” da região Norte (sobretudo o PCC que já estava presente em presídios no Amazonas e controlava parte do tráfico transfronteiriço). Essa expansão se materializou no controle do tráfico e das prisões, nas quais a FDN passou a ter uma relação simbiótica de enfrentamento, mas também de cogestão com a própria administração prisional, bem como gerir uma economia de “proteção” de presos. Ao longo da história, a FDN colocou o CV inicialmente (e possivelmente até 2018) como aliado enquanto o PCC foi colocado na posição de “grande inimigo”. O artigo aponta ainda para a importância das dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia em que a FDN participa com esquemas importantes de distribuição e comercialização a partir da região do Alto Solimões.

Documento 56	Conectividade e territórios em rede do narcotráfico na Amazônia Brasileira.
Instituição	UEPA
Temas abordados	Tráfico de drogas; crime organizado; fronteiras
Ano	2019
Link	https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/33820/20221
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Sob a ótica da geografia, o artigo analisa a distribuição geoespacial do narcotráfico na Amazônia, afirmando importância da territorialização para a organização do tráfico no Brasil (liderado por facções do crime organizado, como o PCC, CV e FDN e outras menores) impondo uma lógica de sobreposição de poderes e, portanto, de conflito e violência. O Brasil processa, importa e exporta vários tipos de drogas e tornou-se importante centro de produção e consumo, além de fornecer novas drogas alternativas para os mercados interno e externo e de se ter constituído em mais uma peça da engenharia do narcotráfico internacional. Neste panorama, a Amazônia cumpre um duplo papel: 1) porta de entrada/rota primária da droga (cocaína) vinda dos Andes e 2) região importante para o tráfico de cocaína, como espaço de atuação e expansão de facções do crime organizado. As cidades amazônicas, por sua vez, são pontos (ou nós) de articulação em redes de conectividade (por meio da comunicação, dos transportes e das informações) do crime global. Belém e Manaus são pontos importantes nesta rede, mas muitas outras cidades participam, dado as fronteiras de vários estados amazônicos com países produtores (Peru, Bolívia, Colômbia). Argumenta ainda que na Amazônia o narcotráfico está territorializado em redes (territórios-rede ou territórios em rede) a partir das conexões regionais, nacionais e globais da economia do crime. Estas redes existem para controlar os fluxos econômicos (da droga e dinheiro). Neste panorama, as fronteiras adquirem importância, pois são elas que viabilizam as atividades ilegais do narcotráfico, e, portanto, passam a ser vigiadas pelo Estado. As fronteiras amazônicas são particularmente difíceis não apenas por serem extensas e pouco populosas, mas também muito próximas aos países produtores de cocaína. Assim, o narcotráfico é uma das principais ameaças que o Brasil enfrenta para a manutenção da estabilidade política nas fronteiras da Amazônia.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 57	As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia
Instituição	UFC
Temas abordados	Tráfico de drogas; crime organizado; fronteiras; segurança pública
Ano	2019
Link	https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/MnH57mtDTqqwzgvB8LhXMnz/abstract/?lang=pt
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Artigo que foca a experiência da comunidade transfronteiriça brasileira com o tráfico de cocaína na tríplice fronteira amazônica entre Brasil-Peru-Colômbia, um lugar de trânsito e movimentação de mercados ilegais geradores de violências. A região é composta por territórios distantes dos principais centros de poder dos três Estados nacionais, com poucas oportunidades de trabalho, sobretudo para os jovens locais, na qual o mercado da cocaína se torna sustento econômico ao mesmo tempo que baliza moral e política para os atores envolvidos. A região é também marcada pelas inúmeras intervenções estatais e tentativas de controle e repressão deste mercado, não por meio da saúde pública, mas sim da segurança pública e soberania nacional. O artigo traça o histórico do mercado de coca na região, começando pelo domínio de carteis colombianos nos anos 1970 (ainda que a produção venha sobretudo do Peru, chegando até as cidades do Alto Solimões como pasta-base), mas que já no final dos anos 1990 disputavam o controle do mercado com ao menos sete grupos oriundos dos três países. Em 2014, a Família do Norte (FDN) já aparece como uma das protagonistas do lado brasileiro, seguindo o modelo de facção prisional do PCC e CV. O tráfico hoje, na porção brasileira da região, conta com famílias já envolvidas com cocaína há décadas, mas também se conecta à expansão do garimpo ilegal e às atividades de prostituição que surgem ao redor dos garimpos. O dinheiro do mercado de cocaína também alimenta o comércio de serviços locais na região, pois estes servem para lavar dinheiro do tráfico. Neste sentido, o mercado envolve muitas pessoas para além daqueles que seriam automaticamente tratados como “traficantes/bandidos” (produtores e donos da droga), mas também transportadores, funcionários corruptos, pessoas que fornecem apoio logístico ou suporte a partes do processo de refino e comercialização. Há também a figura dos pistoleiros, que fazem proteção e estabelecem a “ordem” na região de tríplice fronteira. A violência também cresceu nos últimos anos dada a ação de piratas assaltando traficantes (sobretudo os transportadores). O artigo sinaliza, por fim, a frustração das comunidades locais com um Estado que age na fronteira amazônica apenas na base da repressão a um “problema de segurança”, negligenciando as especificidades da realidade transfronteiriça e as demandas por alimentação, saúde, educação e garantia de direitos básicos.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 58	Integração Interagências: Enfrentamento ao Tráfico Internacional de Drogas na Amazônia Setentrional Brasileira
Instituição	UFPA
Temas abordados	Tráfico de drogas; governança; segurança e defesa; fronteiras
Ano	2019
Link	https://drive.google.com/file/d/1oi0KhkNkphXNLIHKF7luXCzMGcUOGauO/view
Setor	Universidade
Mensagens centrais	A publicação discorre sobre as relações das políticas de defesa e de segurança pública no caso do tráfico de drogas na Amazônia, dado o crescente entrelaçamento entre ambas as áreas em todos os países latino-americanos que convivem com essa questão. Discute a normativa e o tratamento internacional da questão do tráfico de drogas e como se manifesta no caso da Amazônia. Apresenta, em seguida, uma série de documentos de defesa (incluindo os planos e programas de fronteiras adotados no período de 2005 a 2017) e de Ministério da Justiça (como o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas - SISNAD e a Secretaria Nacional sobre Drogas - SENAD para então analisar as relações entre as atuações de diferentes atores institucionais que estão ou poderiam estar envolvidos de modo articulado no enfrentamento de delitos transfronteiriços como o tráfico de drogas na região. A publicação parte do princípio de que a integração de esforços interagências, no caso das fronteiras, é possível mediante a definição de papéis e responsabilidades, bem como de estabelecimento de processos de coordenação entre políticas, e que tal integração contribui para atingir resultados satisfatórios e metas comuns.

Documento 59	Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira
Instituição	UEPA
Temas abordados	Tráfico de drogas; crime organizado; fronteiras
Ano	2020
Link	https://journals.openedition.org/confins/25852
Setor	Universidade
Mensagens centrais	O artigo descreve a Amazônia brasileira como uma “zona de instabilidade geopolítica”, dada sua importância para o tráfico internacional de drogas bem como para outros conflitos internacionais. A Amazônia apresenta peculiaridades que a tornam rota primária obrigatória dos fluxos de cocaína que se direciona para a Europa, África e para o mercado brasileiro (baixas densidades demográficas, floresta densa, abundância de rios, conexão com Guianas, Suriname e países Andinos, presença precária estatal impondo desafios à fiscalização). Neste sentido, no Brasil (área de trânsito e mercado da droga), a Amazônia torna-se “grande corredor de cocaína” e tem um papel geoestratégico em diferentes etapas do comércio de produção, distribuição e consumo da cocaína. Dado este papel estratégico, a Amazônia é hoje “região de cobiça e interesse do crime organizado nacional-global” e, por isso, constitui ameaça à soberania nacional e fonte de múltiplas formas de instabilidade e violência. É neste sentido que a questão do narcotráfico também condiciona e constitui a presença do estado brasileiro na região (por exemplo no marco da proteção de fronteiras - Projeto SIPAM). O autor descreve ainda a geografia do narcotráfico na Amazônia Legal, ilustrando a rede de cidades (nos estados do Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima) que sofrem influência das relações de poder de narcotraficantes e facções que estão associadas aos narcotraficantes estrangeiros de países como Bolívia, Colômbia e Peru. Cidades no entorno do rio Amazonas cumprem o papel de “cidades-nós” na organização espacial reticular do narcotráfico e o Pará ocupa um lugar central no trânsito e distribuição.

Documento 60	O Crime Organizado Transnacional e o Trapézio Amazônico Atuação do Estado brasileiro frente ao narcotráfico através do Programa V.I.G.I.A. entre os anos de 2019 e 2020
Instituição	IESB
Temas abordados	Defesa; fronteiras; crime organizado; tráfico de drogas
Ano	2022
Link	https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/61320/61320.PDF
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Foca o Programa Nacional de Vigilância nas Fronteiras e Divisas (V.I.G.I.A) no combate ao crime organizado transnacional, sobretudo o narcotráfico transnacional, na Amazônia e no chamado “Trapézio Amazônico”, representada por Brasil, Colômbia e Peru, região que desempenha um papel fundamental de distribuição (origem e destino do transporte internacional de drogas). Teoria da securitização. Região de difícil controle territorial e fiscalização (geografia desafiadora, poucos agentes, vasta extensão). Analisa a atuação do Estado brasileiro frente ao narcotráfico na Amazônia argumentando que o V.I.G.I.A aplica uma abordagem integrada com o intuito de fortalecer a prevenção, a vigilância, a fiscalização e o controle nas regiões de fronteira, divisas e demais áreas de interesse operacional. Mostra que entre 2019 e 2020 a maior quantidade de apreensões de drogas ocorreu no Amazonas (cerca de 17,7 toneladas de drogas, totalizando 89,6% do total apresentado).

Documento 61	Tríplice Fronteira: Aspectos do crime organizado em Roraima
Instituição	UFF e UFRR
Temas abordados	Tráfico de drogas; crime organizado; fronteiras; segurança pública
Ano	2022
Link	https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/789/535
Setor	Universidade
Mensagens centrais	O artigo detalha como as principais organizações criminosas (OCRIM) chegaram a Roraima (localizado na tríplice fronteira: Brasil-Venezuela-Guiana) a partir de 2013, bastante tardiamente se comparado à presença no Sul e Sudeste. Concomitantemente, apresenta a evolução do próprio arcabouço legal do Estado para combate ao crime organizado (inclusive por meio de ações focadas na lavagem de ativos). Trata-se sobretudo de facções como a Família do Norte (do Amazonas), o PCC (de SP) e o CV (do RJ) e organizações de origem venezuelana (Tren de Aragua, Tren de Guayana e Sindicato), a partir de 2019. A presença de organizações venezuelanas não está desconectada do aumento do fluxo migratório de venezuelanos no estado, sobretudo desde 2015 (muitos vivendo em abrigos precários nas periferias de Boa Vista e outras cidades do estado) e da presença de venezuelanos no sistema prisional brasileiro. O artigo caracteriza Roraima como vulnerável a OCRIM transnacionais e mostra como estas organizações promovem violência rural e urbana na região a partir da expansão do tráfico de drogas, tráfico de pessoas, contrabando de armas de fogo, além do garimpo ilegal em terras indígenas.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 62	The Nexus between Drugs and Crimes that Affect the Environment and Convergent Crime in the Amazon Basin
Instituição	UNODC
Temas abordados	Narcotráfico e Crime ambiental
Ano	2023
Link	https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_B3_CH4_Amazon.pdf
Setor	Organismo internacional
Mensagens centrais	Capítulo sobre o nexo entre crime ambiental e narcotráfico na Pan-Amazônia publicado no relatório anual do organismo das Nações Unidas dedicado à questão de drogas e crime, UNODC. O capítulo, que foca no caso do Brasil, Peru, Colômbia e Bolívia traz os seguintes achados: 1- o narcotráfico exacerba e amplifica outros mercados ilegais na Amazônia; 2 - os cultivos ilícitos de coca têm impacto limitado no desmatamento na região, mas o “narco-desmatamento” impacta a floresta de outras maneiras. Por exemplo, há lavagem de dinheiro de cocaína por meio de land grabbing (ou grilagem), seguida de conversão ilegal de áreas de floresta ou na construção de infraestrutura ilegal para apoiar na logística de produção, processamento ou escoamento da droga. Há também impacto ambiental relacionado à poluição. A produção de drogas em departamentos colombianos amazônicos cresceu nos últimos anos; 3- ainda que nem toda ilegalidade ou crime ambiental na Amazônia seja crime organizado, a crescente convergência entre crime ambiental e narcotráfico tem contribuído para a violência, sobretudo nas tríplexes fronteiras. Essa convergência se dá no nível operacional/logístico, mas também na crescente participação de organizações criminosas nas cadeias ilícitas de produtos florestais; 4 - os povos indígenas e outras minorias são afetados de maneira desproporcional.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 63	Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal
Instituição	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Temas abordados	Segurança Pública; crime organizado; violência
Ano	2023
Link	https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/06/informe-especial-seguranca-publica-e-crime-organizado-na-amazonia-legal.pdf
Setor	Sociedade civil
Mensagens centrais	Breve informe sintetiza dados sobre violência na Amazônia, apontando para as insuficiências nas capacidades institucionais e dos arranjos interinstitucionais das forças de segurança pública e fiscalização ambiental na Amazônia para fazer frente ao avanço da criminalidade organizada que cresce na região, seja em relação ao narcotráfico, aos crimes ambientais, seja nas intersecções de ambos. Indica que a Amazônia Legal possui taxas mais elevadas que o resto do país em distintos indicadores de violência. Em 2022, a taxa de mortes por 100 mil habitantes foi de 26,7 nos estados da Amazônia Legal, enquanto nos demais estados o índice foi de 17,7 (ou seja, 50,8% superior). Quanto à taxa de mortes pelas polícias, em 2021 pessoas foram mortas 1.057 pelas polícias militares e civis na região, uma taxa de 3,6 por 100 mil habitantes. Nos demais estados brasileiros a taxa foi de 2,8 por 100 mil. No que tange ao narcotráfico, indica que o tráfico que passa pelos estados da Amazônia Legal (via a rota do rio Solimões) respondem possivelmente por cerca de 40% desse volume do dinheiro gerado por essa economia ilícita no país. Na região operam organizações brasileiras nacionais, regionais, bem como grupos de outros países da região (como Colômbia, Peru e Venezuela). A consolidação de organizações criminosas na Amazônia se dá na interface do já superlotado sistema prisional da região e pelas violências que ocorrem lá dentro, com destaque para o estado do Amazonas. O Estado brasileiro não tem recursos humanos para responder a estes desafios. Na Amazônia Legal, há um delegado para cada 2.451 km² e um profissional da perícia criminal a cada 2.280 km². A cobertura é muito menor do que no restante do Brasil. Outro desafio é a coordenação entre forças de segurança. Nos últimos anos, as Forças Armadas reduziram seu papel, por exemplo, na fiscalização e controle das armas de fogo que circulam na região, enquanto as forças estaduais diminuíram a apreensão de drogas.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 64	A securitização do narcotráfico na fronteira Amazônica
Instituição	UFAM
Temas abordados	Tráfico de drogas; crime organizado; fronteiras
Ano	2013
Link	https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1218
Setor	Universidade
Mensagens centrais	O texto aborda a problemática do narcotráfico na fronteira entre Brasil e Bolívia, enfatizando a necessidade de cooperação entre governos e articulação internacional para combater esse crime transnacional. Destaca a importância das ações conjuntas das polícias e a integração regional através de blocos como MERCOSUL e UNASUL, além de discutir as consequências econômicas, sociais e ambientais do narcotráfico. Economicamente, a renda ilícita gerada pelo narcotráfico pode levar à corrupção, à lavagem de dinheiro e à evasão fiscal, à medida que o cultivo da coca se torna uma opção mais viável para os pequenos agricultores em comparação com os cultivos legais. Socialmente, a presença de organizações do narcotráfico muitas vezes resulta em aumento da violência e da insegurança, à medida que as comunidades locais se envolvem em redes criminosas. E, ambientalmente, a expansão das plantações de coca contribui para o desmatamento e atividades ilegais que prejudicam ainda mais o ecossistema. A análise também explora a relação entre narcotráfico e geopolítica na Amazônia, a organização dos narcotraficantes, e a necessidade de políticas integradas para enfrentar o problema, promovendo uma abordagem colaborativa entre os países sul-americanos.

Documento 65	Geografia das redes do narcotráfico na Amazônia
Instituição	UEPA e UFPA
Temas abordados	Tráfico de drogas; crime organizado; fronteiras
Ano	2023
Link	https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/download/13828/pdf
Setor	Universidade
Mensagens centrais	O documento discute a geografia do tráfico de drogas na Amazônia, enfatizando a importância estratégica da região para o tráfico de cocaína dos países andinos. Apesar da diminuição da produção de coca, o consumo de cocaína continua elevado, especialmente na América do Norte, enquanto o tráfico de droga está a aumentar na América do Sul e em África, conduzindo a problemas sociais locais. A análise destaca a organização das redes de tráfico de drogas, o papel das diversas facções criminosas e os desafios enfrentados pelo Estado na abordagem dessas questões, particularmente em relação às políticas de segurança e à complexa dinâmica do crime organizado na Amazônia. De fato, a presença de facções criminosas na Amazônia tem implicações significativas na dinâmica do tráfico de drogas. Estas facções criam estratégias baseadas em interpretações geográficas do espaço, utilizando elementos naturais como rios para transporte de drogas e florestas para operações de esconderijo. Esta dinâmica permite-lhes estabelecer bases logísticas nas comunidades, que apoiam o fluxo de cocaína e gambá. Além disso, a Amazônia tornou-se a principal rota do tráfico de drogas, atraindo facções de outras regiões, o que leva a conflitos pelo controle e pelas rotas do mercado, complicando assim as agendas de segurança pública na região.

Geopolítica da Amazônia: soberania e fronteiras

Documento 66	Múltiplos documentos oficiais sobre fronteiras na Amazônia, sob a perspectiva de Defesa e Segurança Nacional
Instituição	Falta indicação
Temas abordados	Defesa; fronteiras; segurança nacional
Ano	Múltiplos
Link	Falta indicação
Setor	Poder público
Mensagens centrais	Plano Estratégico de Fronteiras - PEsf (2011), Política Nacional de Defesa (2016), Programa de Proteção Integrada de Fronteiras - PPIF (2016)

Documento 67	Exemplos de estudos sobre crise humanitárias no contexto de migrações internacionais na Amazônia
Instituição	Diversas universidades
Temas abordados	Migrações; fronteiras
Ano	Múltiplos
Link	https://www.scielo.br/j/dados/a/Kj3GG6BrZZdd6w4RD4nWNMF/?lang=pt
Setor	Universidade
Mensagens centrais	“Crise” da acolhida de haitianos em Tabatinga/AM (2010-2012) - https://www.scielo.br/j/dados/a/Kj3GG6BrZZdd6w4RD4nWNMF/?lang=pt e “crise” da acolhida de venezuelanos em Roraima - https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/14542 ; http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEAE/article/view/1171 ; https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/15365 .

Documento 68	Exemplos de trabalhos acadêmicos (incluindo Trabalhos de Conclusão de Curso- TCC e Teses de Mestrado) feitos em instituições de ensino vinculadas às Forças Armadas a respeito de Segurança na Amazônia Legal
Instituição	ESG, Marinha do Brasil e Exército Brasileiro
Temas abordados	Defesa Nacional; Fronteiras; Crime organizado; Governança
Ano	Múltiplos
Link	https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/1412/1/ANDRÉ%20RODRIGUES_ANDREOS%20SOUZA%20%286D%29.pdf
Setor	Universidade
Mensagens centrais	1- “A Integração da Inteligência como uma ferramenta para o combate aos crimes ambientais na Amazônia Legal” (Escola Superior de Guerra, 2021) - Este TCC aborda como a integração da Inteligência pode ser uma ferramenta importante no combate aos crimes ambientais. Argumenta que a integração de ações de Inteligência é um caminho plausível contra os crimes ambientais na Amazônia, incluindo a criação de um centro de inteligência integrado, adicionando medidas para otimizar o compartilhamento de conhecimentos oportunos às agências interessadas, além das formas de mando deste tipo de estrutura. 2 - “A disputa pela agenda de Segurança Regional e o Conselho de Defesa Sul-Americano” (Marinha do Brasil, 2021) – Aborda a Amazônia como área geoestratégica dotada de recursos naturais e/ou posição geográfica relevante. A Amazônia se destaca por abrigar biodiversidade, minerais comuns e raros, recursos energéticos e hídricos, potencial hidroviário e por sua posição geográfica ao possibilitar algumas conexões:: da Bacia do Orinoco-Caribe com a Bacia do Prata, do litoral sul-atlântico (inclusive do Nordeste) com o litoral Pacífico, conectando o Brasil aos países sul-americanos amazônicos do litoral Pacífico e dos Andes. Argumenta ainda que a primazia do debate sobre ameaças difusas transnacionais, sobretudo o narcotráfico, na agenda da cooperação regional como limitante e ao mesmo tempo uma armadilha para intervenção de poderes externos, sobretudo os EUA. 3 -”Sobre a relação entre organizações criminosas narcotraficantes e o garimpo no Estado de Roraima” (Exército Brasileiro - 2021) - Breve comentário sobre organizações criminosas e garimpo ilegal em zonas de fronteira a partir do caso da TI Yanomami em Roraima. Nova onda de episódios de violência observada em 2021 deixou clara a presença de facções criminosas, como o PCC, no garimpo ilegal dentro da TI. A violência no garimpo é sistêmica, mas estes episódios em Roraima apontam para o entrelaçamento de rotas de tráfico de drogas e armas (Colômbia-Venezuela-Brasil) e garimpo ilegal, sobretudo para lavar dinheiro do narcotráfico. Em paralelo, garimpeiros ilegais se aproveitam da logística do PCC para escoar ilicitamente ouro. O texto também indica a cooperação entre grupos brasileiros e grupos venezuelanos como o Tren de Aragua e o Pranato.. 4- “Narcotráfico na Amazônia: um desafio para Defesa Nacional” (Exército Brasileiro, 2020) – O TCC debate o papel da atuação das Forças Armadas no combate ao narcotráfico em áreas de fronteira na Amazônia. Argumenta que o papel das FA é secundário ao das demais forças civis de segurança (vide Leis nº 97/1999 e nº 136/2010), mas cresceu inclusive durante o governo Jair Bolsonaro por meio das GLOs na Amazônia. Destaca como grande desafio a falta de clareza na coordenação dos diferentes atores, já que as FA podem realizar ações preventivas e repressivas típicas de polícia, porém a tarefa de combater esses crimes (ou seja, a obrigação constitucional) segue sendo da Polícia Federal. Propõe, por fim, que o Brasil aprimore a governança e cooperação doméstica (em operações, conselhos e fóruns). Isso passa por criar escolas de formação, viabilização de efetivo emprego do pessoal, passando por uma base legal específicas para emprego de FA na Amazônia. No plano internacional, sugere que o Brasil lidere na proposição fortalecimento da cooperação regional (papel hoje desempenhado pela Colômbia), começando pela OTCA.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

5 - “Aspectos da violência em zonas de baixo controle do Estado: análise sobre o narcotráfico na Amazônia Brasileira” (Exército Brasileiro, 2021) - Tese de Mestrado que analisa a correlação entre o baixo controle do Estado brasileiro na Amazônia e o desenvolvimento de atividades violentas aparentes geridas por facções criminosas narcotraficantes. Argumenta que se trata de uma situação de “desamparo institucional” e “déficit de autoridade” na Amazônia caracterizado por baixa governança do Estado na região e predominância de crimes sistêmicos.

6 - “Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a border e a frontier” (Exército Brasileiro, 2020) - Artigo discute os desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras nacionais, com foco na Amazônia. Artigo pontua que as fronteiras Amazônicas tem funções de border (dividem Estados nacionais independentes) ao mesmo tempo que constituem espaços tidos como periferias territoriais (frontier), carentes de controle territorial e, portanto, de soberania efetiva. Sugere a divisão das ameaças à segurança nacional em duas categorias: ameaças geopolíticas e ameaças securitárias. Na visão do Exército, povar áreas de fronteiras é uma estratégia, primeiro, de controle territorial, em seguida de integridade territorial (sobretudo de segurança de recursos estratégicos, pautada no temor de intervenção externa), e por fim de manutenção de soberania doméstica, tendo em vista o narcotráfico vindo dos vizinhos. Menciona a progressiva atenção e priorização dada à Fronteira Norte (Amazônica) a partir dos anos 1980, com maior presença militar, fazendo funções de segurança das fronteiras, mas também de state building (via projetos de desenvolvimento).

Documento 69	Geopolítica da Amazônia
Instituição	UFRJ
Temas abordados	Soberania; governança; cooperação regional
Ano	2008
Link	https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/abstract/?lang=pt
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Artigo de cunho ensaístico que argumenta que Amazônia está inserida e insere o Brasil em uma geopolítica global de demandas externas por recursos, bem como por preservação de bens globais. A Amazônia é uma das grandes fronteiras globais do capital natural, capital este que passou a ser valorizado cada vez mais, na forma de novos mercados (o de carbono, o da biodiversidade). Participam da construção destes mercados ambientalistas, corporações e governos estrangeiros. Ao mesmo tempo, a Amazônia é também parte de um projeto regional de integração sul-americana, política e de gestão de questões transfronteiriças (como o narcotráfico). O desafio segue o de compatibilizar demandas distintas de atores sociais e econômicos na Amazônia, sem comprometer a manutenção da floresta de pé, por meio da expansão da integração regional fluvial e consolidação da pesquisa e inovação científica na região para a geração de alternativas econômicas de desenvolvimento sustentável. Tais soluções devem ser compatíveis com a floresta de pé ao invés da constante expansão da fronteira econômica (agrícola e de extração).

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 70	As relações internacionais na fronteira norte do Brasil: coletânea de estudos
Instituição	UFRR
Temas abordados	Defesa; fronteiras; segurança nacional
Ano	2010
Link	https://www.academia.edu/22612810/AS_RELAC%C3%87%C3%95ES_INTERNACIONAIS_NA_FRONTeira_NORTE_DO_BRASIL
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Coletânea com alguns capítulos que tratam da questão de segurança nas fronteiras, sobretudo o capítulo de Linoberg Barbosa de Almeida “Até o Tacutu nos separa: um estudo acerca da relação entre a política externa brasileira e a política de segurança pública na fronteira Brasil - Guiana” e o capítulo de Shiguenoli Miyamoto “Amazônia: meio ambiente, fronteiras e segurança”. No primeiro, a principal contribuição é que a relação Brasil-Guiana não se materializa pela falta de um projeto político claro, comum aos dois países, que vá além das preocupações de segurança pública do Brasil em relação ao vizinho (contrabando, tráfico de drogas, tráfico de pessoas). O que deveria ser uma parceria estratégica, liderada pelo Brasil, acaba por não se materializar, dadas a fragilidade e a não complementariedade das economias, a falta de políticas comuns, a instabilidade política predominante na região e o foco quase-exclusivo dado à temática de segurança. Já o capítulo de Miyamoto faz um apanhado conceitual e histórico do lugar do meio-ambiente e da Amazônia nas Relações Internacionais do Brasil, descrevendo a presença e as políticas (civil e militar) na região durante a Guerra Fria e no início do século 21, combinando imperativos de segurança e, desenvolvimento nacional, fortemente sob a lógica de ocupação e defesa, econômica e militar. Estas preocupações se mantiveram nos documentos mais recentes da pasta de Defesa (como as Estratégias Nacionais) que priorizam a Amazônia na política de Defesa Nacional no marco da defesa das riquezas naturais e do meio ambiente. Segundo o autor, essa política de defesa segue inacabada e incapaz de lidar com crescentes desafios de segurança da região, tais como conflitos agrários perto das fronteiras, a demarcação das terras indígenas, as divergências entre a Venezuela e a Guiana, além da situação política na Venezuela.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 71	Amazônia: governança, segurança e defesa
Instituição	UFPA
Temas abordados	Governança, segurança e defesa
Ano	2013
Link	https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11447
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Esse artigo discute o tema das chamadas “novas ameaças globais de segurança” (incluindo tráfico internacional de drogas, a questão ambiental, bem como os conflitos internacionais intraestatais, como no caso da guerra civil colombiana) e como esse debate se aplica ao caso da Amazônia e ao papel das Forças Armadas, tida como um espaço estratégico brasileiro. O artigo defende alternativas ao pensamento da geopolítica no Brasil (que tradicionalmente concebeu a “questão da Amazônia” sob o prisma da “cobiça de atores estrangeiros” e da “internacionalização”), a partir de uma renovada mirada sobre o papel da ciência e da tecnologia na defesa e proteção de suas fronteiras. Cita como exemplos as iniciativas no âmbito da Presidência para a Amazônia (lideradas pela SAE e pelo GSI), os debates sobre Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), e o Pro-Defesa. Indica ainda a necessidade de reforma na atuação das Forças Armadas na região, apontando para: 1- a menor concentração de Forças Armadas na Amazônia do que no Sul do país (com apenas 30mil homens); 2 - as necessárias mudanças normativas e legislativas para viabilizar uma maior participação das FAs em operações (para além da Lei nº 4.412/02 que dispõe sobre a participação em operações em Terras Indígenas), 3 - as incertezas em relação ao Projeto Calha Norte que, apesar de ter cumprido com uma importante função de apoio a municipalidades em áreas de fronteiras e expandido sua cobertura desde a sua criação, possui viabilidade incerta no futuro; 4 - a ainda insuficiente cooperação entre Polícia Federal e Forças Armadas.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 72 A Questão Ambiental e o Adensamento Da Presença Do Exército Brasileiro Na Amazônia Legal No Final Do Século XX	
Instituição	UFPA
Temas abordados	Forças Armadas; governança; fronteiras; soberania
Ano	2011
Link	https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/597
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Esse estudo mostra a evolução no pensamento das Forças Armadas, sobretudo do Exército, e o adensamento de sua presença na Amazônia Legal desde os anos 1970, vinculando estes fenômenos à progressiva internacionalização do tema da Amazônia (ou sua emergência como “tema global”). Mostra como, nos anos 1970-1980, o tratamento dado pelo Exército à Amazônia foi o da expansão da fronteira econômica e ocupação militar, contribuindo para a própria colonização/urbanização da Floresta. No período, a crescente internacionalização da Amazônia e os discursos de “soberania relativa” dos países amazônicos sobre um “bem global” foram percebidos como ingerência indevida. O medo da intervenção ambiental era também uma desconfiança de que o argumento ambiental mascarasse a busca de potências estrangeiras por acesso a recursos naturais e minerais. Cresce, assim, a presença das Forças Armadas na Amazônia, mas a densidade na Fronteira Norte segue menor do que na Fronteira Sul do país. Alguns marcos são a criação do Comando Militar da Amazônia (1969) e a instalação de duas brigadas (no Pará e Rondônia), sobretudo numa lógica de contenção do comunismo. Nos anos 1980 é criado o Programa Calha Norte, que alia desenvolvimento e soberania territorial, já sob uma lógica de proteção das fronteiras da ameaça do narcotráfico transfronteiriço. A partir dos anos 1990, há maior adensamento, com transferência de brigadas do Sul para o Norte (sobretudo para áreas tidas como estratégicas na rota do narcotráfico, como a região do Solimões), bem como outros programas como o SIVAM/SIPAM. Nos anos 2000, a Amazônia surge com força nos documentos oficiais da pasta da Defesa (como a Política de Defesa e a Estratégia Nacional). No entanto, até o meio dos anos 2000, havia na Amazônia cerca de 28 mil militares (25% do total das Forças no país). Trata-se de um número pequeno considerando que a Amazônia Legal recobre mais de 50% da área do país.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 73 A securitização do narcotráfico na fronteira Amazônica	
Instituição	UFAM
Temas abordados	Fronteiras; crime organizado; drogas
Ano	2013
Link	https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1218/1100
Setor	Universidade
Mensagens centrais	O estudo analisa o processo de securitização do narcotráfico na região amazônica, a partir da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, advinda das Relações Internacionais, que leva em conta questões geográficas e os interesses políticos e econômicos nas dinâmicas regionais de segurança. No caso do narcotráfico na Amazônia, ele conecta máfias transnacionais com guerrilhas e outros grupos criminosos regionais e mais territorializados. O Peru é o maior produtor de folhas de coca e pasta-base, enquanto a Colômbia, é o maior fabricante e exportador da cocaína pronta para o consumo. Já o Brasil processa a droga e é mercado consumidor e corredor de trânsito para mercado global. O tema entrou na agenda global e regional na década de 1980. O autor termina com algumas recomendações para melhor tratamento da questão, sobretudo por meio do fortalecimento da cooperação regional, seja em nível político estratégico (por meio do órgãos como o Conselho de Defesa da UNASUL), seja em nível subnacional, por exemplo entre cidades gêmeas, pois são elas que são capazes de fiscalizar embarcações nos rios, por exemplo.

Documento 74	Segurança Pública nas Fronteiras: Diagnóstico socioeconômico e demográfico
Instituição	Ministério da Justiça e Cidadania
Temas abordados	Defesa; fronteiras; segurança nacional
Ano	2016
Link	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/2668
Setor	Poder Público
Mensagens centrais	Estudo de diagnóstico socioeconômico de municípios de fronteira (incluindo da Amazônia Legal, no chamado Arco Norte e em parte do Arco Central - para os estados de Rondônia e Mato Grosso), com o objetivo de apoiar o governo federal na elaboração de estratégia de prevenção de delitos transfronteiriços. Sob a perspectiva da ENAFRON, delitos transfronteiriços, são: 1) tráfico ilícito de entorpecentes; 2) tráfico internacional de armas de fogo, munições e explosivos; 3) contrabando, pirataria e descaminho; 4) evasão de divisas; 5) exportação ilegal de veículos; 6) imigração ilegal de estrangeiros pela fronteira seca do Brasil e tráfico de pessoas e 7) crimes ambientais e desmatamento ilegal nos estados amazônicos fronteiriços do Brasil. Todos são simultaneamente “temas emergentes da agenda da segurança internacional” e “desafios atuais da segurança pública”. Assim, segundo o Ministério da Justiça e Cidadania, a segurança fronteiriça deve equacionar esses dois lados da segurança. Fronteiras são áreas sensíveis do ponto de vista da segurança pública por situar-se simultaneamente no encontro entre distintos sistemas jurídico-territoriais nacionais e em suas respectivas periferias. Os dados compilados no diagnóstico são sobretudo de fontes oficiais. O Arco Norte possui maior dispersão populacional e maior concentração de população indígena (com mais de 150 TIs demarcadas). No que tange à densidade institucional de segurança, o mapeamento mostra maior concentração de recursos humanos e infraestrutura do Exército, Marinha, Receita Federal e Polícia Rodoviária Federal no Arco Sul do que na Amazônia. O número de Operações da Polícia Federal em faixas de fronteira entre 2011-2012 também foi menor no Arco Norte. O Exército tem por característica a centralização das funções de comando e administração nas capitais dos estados e em São Gabriel da Cachoeira (AM) e Tabatinga (AM) e a dispersão de pelotões de fronteira ao longo da linha de fronteira, sobretudo na fronteira Acre-Peru, na Cabeça do Cachorro (fronteira com a Colômbia) e em Roraima, próximo à tríplice fronteira com Venezuela e Guiana. A Aeronáutica possui uma maior presença no Arco Norte (com bases e destacamentos em Roraima, Rondônia e Amazonas). Importante pontuar que há um efetivo grande de policiais militares e civis no Acre e em Roraima, pois nesses estados a capital estadual está situada na Faixa de Fronteira. Mas a maior densidade de policiais militares por habitantes se encontra no Acre e no Amapá. No Amazonas e no Pará, a presença da Polícia Civil é bastante rarefeita, com baixos efetivos em todos os municípios. No Arco Norte, a grande maioria dos municípios não possui Corpo de Bombeiros. O Acre apresenta a situação mais equilibrada com efetivo de bombeiros em cinco municípios. No que diz respeito à análise espacial da criminalidade, violência e conflitos, o estudo aponta para uma maior taxa de homicídios no Arco Central (com destaque para Buritis/RO e Campo Novo de Rondônia/RO). No eixo Norte, destaca-se a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa (Oiapoque, Laranjal do Jari e Ferreira Gomes), o estado de Roraima, Tabatinga (AM) na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru, e no Acre os municípios de Manoel Urbano, Cruzeiro do Sul, Rio Branco e Brasileia. Usando dados da CPT e do CIMI para 2012, o estudo aponta ainda para o Arco Norte como a área com o mais alto número de conflitos por terra e os municípios em faixa de fronteira com altíssimas taxas de violência contra povos indígenas (sobretudo na categoria de violência contra a pessoa). O Arco Norte é considerado crítico na proteção e vulnerabilidade de indígenas. No que tange a apreensões nas fronteiras, o Arco Norte (sobretudo o Amazonas) lidera em produtos químicos (cloridrato, crack e pasta-base de cocaína), enquanto que o Arco Central e Sul lidera na apreensão de cocaína e maconha. O estudo reforça, por fim, que experiências de segurança pública baseadas exclusivamente na repressão e no confronto têm se mostrado pouco eficazes necessitando uma reformulação em prol do compartilhamento da inteligência e prevenção.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 75	Soberania fragmentada nas fronteiras amazônicas frente à crescente presença do narcotráfico: uma tragédia anunciada?
Instituição	UAM
Temas abordados	Fronteiras; defesa; crime organizado
Ano	2017
Link	https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/12442/8173
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Foco no crime organizado na região fronteira amazônica a partir da matriz teórico-conceitual das áreas não governadas ou black spots (com considerável capacidade de serem monitoradas, mas não de serem penetradas e administradas). Enfoca a fronteira entre Brasil e Colômbia (região da Cabeça do Cachorro) como rota do tráfico ilegal, SIVAM/SIPAM e Operação Ágata (combate a ilícitos transnacionais e ações sociais). Argumenta que a presença do Estado é bastante fraca em áreas de fronteiras e que o ator mais vertebrado nesta região permanecem sendo as Forças Armadas.

Documento 76	Revista Tempo do Mundo, Edição Especial: Desafios da Amazônia
Instituição	IPEA
Temas abordados	Ilegalidade e desmatamento; fronteiras; geopolítica
Ano	2021
Link	https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/issue/view/27/33
Setor	Poder público
Mensagens centrais	Edição especial contém inúmeros artigos que abordam a questão da segurança na Amazônia, sobretudo sob a perspectiva da geopolítica, segurança e defesa de fronteiras, cooperação e integração regional e desafios para a reversão do paradigma da ilegalidade. Dentre os artigos de destaque, tem-se, por exemplo, “A Amazônia no Pensamento Geopolítico Brasileiro”, que mostra a evolução da mirada geopolítica para a região ao longo do século XX e XXI, desde as primeiras formulações militares de proteção do território e soberanias nacionais até as concepções civis mais contemporâneas de busca por um modelo autônomo de desenvolvimento compatível com a floresta em pé. Outro artigo de relevância é “Amazônia, do extrativismo e ilegalidades à bioeconomia circular”, que argumenta que o paradigma da bioeconomia circular não pode prosperar sem a contenção do desmatamento ilegal e outras atividades ilícitas (como exploração de madeira e mineração). Para isso, o Estado deve deixar de ser omissor e fortalecer a fiscalização, rompendo assim com o ciclo de impunidade reinante. Argumenta-se ainda que a ilegalidade está diretamente vinculada a baixos indicadores sociais e violência na região.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 77	A Military-Green Biopolitics: The Brazilian Amazon Between Security and Development
Instituição	UFF e USG
Temas abordados	Governança; forças armadas; defesa
Ano	2021
Link	https://www.scielo.br/j/bpsr/a/nKyHv9SQDHFzPP68m9Bg8wG/?lang=en
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Artigo acadêmico que explora o papel das Forças Armadas na Amazônia a partir de uma análise histórica de cinco décadas da política de Defesa. Revela como o binômio “segurança e desenvolvimento” permeou a ação militar para ocupar, integrar, desenvolver e monitorar a região. Os autores utilizam o conceito de biopolítica para ilustrar como se desenvolve o modo de governar das Forças Armadas na Amazônia brasileira, por meio da promoção do bem-estar e da coerção das populações locais.

Documento 78	Climate Security, the Amazon, and the Responsibility to Protect
Instituição	USP
Temas abordados	Segurança climática; multilateralismo; intervenção internacional
Ano	2021
Link	https://www.scielo.br/j/bpsr/a/TxkpwqsgHMWBjTJzFkPdPp/
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Partindo de uma mirada de Relações Internacionais, o artigo trata do tratamento multilateral dado ao tema da segurança climática, explorando a aplicação do conceito de Responsabilidade de Proteger (R2P) para balizar uma potencial intervenção internacional na Amazônia (seja por sanções, seja pelo uso da força) e assim proteger a floresta e a humanidade. Também apresenta dados sobre a alarmante perda de cobertura florestal e degradação na Amazônia, para depois discorrer a respeito da evolução do debate no Conselho de Segurança da ONU sobre segurança climática/ambiental e sobre R2P. Em seguida, discute os argumentos utilizados pelos defensores da “internacionalização da Amazônia” a partir da ideia de um dever da comunidade internacional de proteger (quais sejam: o ecocídio, o genocídio cultural, e os crimes contra a humanidade). Argumenta, por fim, que uma intervenção internacional/multilateral/onusiana pautada no princípio de R2P é improvável no caso da Amazônia, mas que o “dever de proteger” seguirá sendo utilizado discursivamente (dentro e fora do Brasil) para pressionar pelo fim do desmatamento e degradação da Amazônia.

Segurança

Um olhar multidimensional para a Amazônia contemporânea

Documento 79	The Amazon rainforest and the global–regional politics of ecosystem governance
Instituição	NUPI
Temas abordados	Governança; soberania; cooperação regional
Ano	2022
Link	https://academic.oup.com/ia/article/98/6/2077/6765180
Setor	Universidade
Mensagens centrais	Artigo que discute a questão dos desafios de proteção da Pan Amazônia como ecossistema de importância global, a partir de uma discussão sobre soberania e governança. Argumenta que a saliência global da Amazônia, como problemática internacional e potencialmente um bem público global, gerou resposta defensiva regional, com a perspectiva de preservação da soberania nacional dos países que compartilham a Bacia e seu direito ao uso dos recursos naturais, bem como uma articulação regional, a fim de negociar termos mais favoráveis de gestão da floresta junto a atores extrarregionais interessados na preservação da Amazônia. Nesse último caso, via transferência de recursos externos para a preservação da Floresta. Também argumenta que a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) (e até mesmo o mais recente Pacto de Leticia) são instrumentos desta soberania defensiva, no sentido de buscar um compromisso entre preservação, uso de recursos naturais e transferência de recursos financeiros dos países de organismos internacionais e países do Norte que garanta o direito dos países amazônicos de gerir a Floresta conforme seus interesses. No entanto, na prática, a cooperação regional resultante (defensiva e de resistência à ingerência/interferência externa) nem sempre funcionou no sentido de promover proteção ao ecossistema. Pelo contrário, dadas as crescentes taxas de desmatamento, modificar esse paradigma exigirá investimento em coalizões locais/domésticas em todos os países amazônicos, que possam contestar as visões soberanistas vigentes de exploração/não proteção.

UMA CONCERTAÇÃO PELA
AMAZÔNIA

978-65-983363-2-5

